

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

CAROLINA SILVA CONTESSA

**NA BOCA DO POVO: REPRESENTAÇÕES DE CARLOTA JOAQUINA NAS  
OBRAS DE ASSIS CINTRA, JOÃO FELÍCIO DOS SANTOS E MARSILIO CASSOTI**

Porto Alegre

2021

CAROLINA SILVA CONTESSA

**NA BOCA DO POVO: REPRESENTAÇÕES DE CARLOTA JOAQUINA NAS  
OBRAS DE ASSIS CINTRA, JOÃO FELÍCIO DOS SANTOS E MARSILIO CASSOTI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Jurandir Malerba.

Porto Alegre

2021

CAROLINA SILVA CONTESSA

NA BOCA DO POVO: REPRESENTAÇÕES DE CARLOTA JOAQUINA NAS OBRAS  
DE ASSIS CINTRA, JOÃO FELÍCIO DOS SANTOS E MARSILIO CASSOTI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Jurandir Malerba (orientador)

---

Prof. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

Fazer um trabalho de conclusão de curso não é uma tarefa fácil, principalmente na situação caótica que estamos vivendo desde 2020. Por isso, este trabalho torna-se ainda mais especial, pois é a realização de um grande objetivo alcançado em meio a um momento tão difícil.

Foram inúmeras as pessoas que fizeram parte dessa trajetória, entretanto, algumas delas, por sua parceria e sobretudo paciência, precisam estar presentes nessas linhas. Assim, agradeço ao meu pai, Eduardo, que, apesar de não estar mais presente, deixou suas lições para que eu não desistisse daquilo que acredito. À minha mãe, Mara, por ser uma mulher tão forte e nunca me deixar desistir, além de me dar apoio incondicional, mesmo quando as coisas se tornaram muito difíceis. Ao meu marido, Arthur, pela parceria e paciência e por me ouvir falar sobre isso por mais de um ano sem parar. Ao meu padrinho, Alexandre, por toda a ajuda com a escrita, pelas conversas sobre História e pelo apoio. Quero agradecer também ao professor Jurandir Malerba, que me orientou durante essa caminhada, obrigada pelas dicas, pelas orientações e por ter me ajudado a fazer meu melhor.

Agradeço ainda a todos que de alguma forma me ajudaram lendo o texto ou com palavras de incentivo.

Obrigada.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar as representações da personagem Carlota Joaquina em três obras historiográficas de viés mercadológico, produzidas em três momentos históricos distintos: *Os escândalos de Carlota Joaquina – rainha do Brasil e de Portugal* (1934), de Assis Cintra; *Carlota Joaquina, a rainha devassa* (1968), de João Felício dos Santos; e, por fim, *Carlota Joaquina a amante do poder* (2017), de Marsilio Cassoti. Com base nas discussões da História Pública, busca-se analisar a forma como Carlota Joaquina é representada nessas obras e como essas representações contribuíram para a visão atual que dela temos hoje.

**Palavras-chave:** História Pública. Cultura histórica. História popular. Carlota Joaquina. Biografia.

## ABSTRACT

The present work seeks to analyze the representations of the character Carlota Joaquina in three historiographic works with a marketing bias, produced in three distinct historical moments: *The scandals of Carlota Joaquina – Queen of Brazil and Portugal* (1934), by Assis Cintra; *Carlota Joaquina, the wanton queen* (1968), by João Felício dos Santos; and, finally, *Carlota Joaquina, Lover of Power* (2017), by Marsilio Cassoti. Supported by discussions on Public History, the aim is to analyze how Carlota Joaquina is represented in these works and how these representations contributed to the current view of her today.

**Keywords:** Public History. Historical Culture. Popular History. Carlota Joaquina. Biography.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: HISTORIOGRAFIA POPULAR NO BRASIL .....</b>	<b>7</b>
ESTA MONOGRAFIA.....	9
<b>1 DISCUSSÕES SOBRE HISTÓRIA POPULAR E BIOGRAFIAS.....</b>	<b>11</b>
1.1 ALGUMAS REFERÊNCIAS ACERCA DE HISTÓRIA POPULAR E HISTÓRIA PÚBLICA .....	11
1.2 SOBRE BIOGRAFIAS .....	15
<b>2 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE CARLOTA JOAQUINA .....</b>	<b>17</b>
2.1 UMA RAINHA MARCANTE.....	17
2.2 UMA PRINCESA NOS TRÓPICOS.....	21
2.3 RETORNO À EUROPA.....	23
<b>3 CARLOTA JOAQUINA NA ARENA POLÍTICA .....</b>	<b>26</b>
3.1 UMA POLÍTICA ENGENHOSA.....	26
3.2 CONSPIRAÇÃO DOS FIDALGOS .....	26
3.3 RAINHA DO RIO DA PRATA? .....	31
<b>4 A ÊNFASE DADA À APARÊNCIA E PERSONALIDADE DE CARLOTA JOAQUINA.....</b>	<b>45</b>
4.1 UMA PRINCESA QUE NÃO SE ENCAIXA .....	45
4.2 A APARÊNCIA DE UMA RAINHA .....	45
4.3 UMA RAINHA COM PERSONALIDADE.....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>FONTES ANALISADAS.....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO: HISTORIOGRAFIA POPULAR NO BRASIL

A chegada da Família Real no Brasil é um marco de nossa História. Nunca antes existiu caso de um rei europeu que houvesse pisado em suas colônias.

Além disso, a chegada da Corte causou grandes impressões naqueles que vinham de tão longe. Para a população a bordo das naus depois de um longo tempo no mar, a vista da vegetação exuberante que existia na costa do Brasil dava a impressão de um verdadeiro paraíso tropical. (MALERBA, 2000, p.106).

Na historiografia tradicional sobre a transferência da corte para o Brasil, vários personagens se destacam, como Dona Maria I e Dom João VI. No entanto, poucos tiveram tanto destaque quanto Dona Carlota Joaquina.

A princesa de Portugal e rainha do Brasil foi uma figura enigmática. Para alguns, Carlota Joaquina era uma megera, já outros a viam como uma lenda dourada, uma defensora árdua do absolutismo em Portugal, um baluarte do antigo regime, como ressalta a autora Francisca Nogueira Azevedo (2003, p. 15). A vida de Dona Carlota foi esmiuçada em várias obras historiográficas e literárias, além de ser representada em séries de TV e no cinema. No entanto, a personagem que vemos retratada é quase sempre representada de forma caricata, em geral como uma mulher manipuladora, infiel, imoral e feia.

Uma hipótese para a recorrência e popularidade dessa representação é a reprodução que foi sendo feita ao longo do tempo de obras que traziam essa visão. Tais textos foram escritos desde fins do século XIX e início do século XX, baseando-se em anedotas que foram dando forma à figura de Carlota Joaquina que se tornou popular nos dias de hoje.

Para essa pesquisa, foram selecionadas três obras produzidas em três épocas distintas (1934, 1968 e 2017), visando um panorama amplo de análise. A escolha dessas obras teve como critério, sobretudo, a forma de escrita de cada autor: uma no formato de crônicas, uma no formato de um romance histórico e a última uma espécie de “autobiografia”.

A primeira obra, de Assis Cintra, se intitula *Os escândalos de Carlota Joaquina rainha do Brasil e de Portugal* (1934), e é escrita no formato de pequenas crônicas que muitas vezes não mantêm nenhuma sequência lógica. Cintra usa uma linguagem simples, e sua forma de escrita, como a dos outros dois autores analisados, visa atingir o grande público. A forma do seu texto é predominantemente anedótica, permeada de um humor mordaz que destila uma visão negativa da princesa.

Sobre Assis Cintra é interessante destacar alguns pontos de sua trajetória como autor. Nascido em Bragança Paulista/SP em 1887, ele foi jornalista, crítico literário, historiador,



filólogo e professor. “Em 1920, passa a escrever em jornais aproveitando-se do início das comemorações do primeiro centenário da independência.” (MACHADO, 2004, p. 136). Nesse espaço o autor passa a escrever sobre personagens históricos no intuito de apresentar “fatos” sobre a vida desses personagens, passando a ser criticado por historiadores da época tanto pelo espaço em que divulga suas obras quanto pela forma com que trabalhava as fontes. Isso porque, segundo as críticas, Assis Cintra apenas “jogava” as fontes para os leitores, carecendo de uma análise mais aprofundada. Além disso, foi um grande crítico da historiografia dita tradicional. Dentre suas várias obras, podemos destacar *O Homem da Independência* (1921) e *Indiscrições de nossa História* (1922). Assis Cintra faleceu em 1937, em São Paulo, aos 50 anos. (MACHADO, 2004).

A segunda obra é *Carlota Joaquina, a rainha devassa* (1968), do autor João Felício dos Santos. O texto é escrito no formato de um romance histórico, em que são criados diálogos e a narração é feita em terceira pessoa, em linguagem acessível, cujo foco está no comportamento e nas conspirações de que Carlota Joaquina teria sido parte. A obra começa no navio quando a Corte está vindo para o Brasil, porém com os personagens relembrando fatos anteriores que levaram à partida da Família Real, e termina com a saída da Corte do Brasil em 1821.

Sobre o autor, João Felício dos Santos nasceu em 14 de março de 1911. Foi jornalista, publicitário, funcionário público e um escritor especializado em História do Brasil. O autor sofreu várias críticas por misturar temas históricos com ficção. Suas obras costumam abarcar temas polêmicos, e várias tornaram-se famosas, como *Ganga Zumba* (1967), *Xica da Silva* (1976) e *A Guerrilheira* (1979). O autor faleceu em 13 de junho de 1989, aos 78 anos (TIRO DE LETRA, 2007).

A terceira obra analisada é *Carlota Joaquina, a amante do poder* (2017), de Marsilio Cassoti. O autor escreve uma espécie de “autobiografia” romanceada de Dona Carlota, que teria sido ditada por ela a uma de suas filhas, Assunção, quando já à beira da morte. A obra é escrita, portanto, em primeira pessoa. Cassoti, emulando uma perspectiva da própria Carlota Joaquina, constrói seu enredo seguindo o fio da biografia da personagem. Apesar de também ser voltada ao grande público, essa obra busca sustentar certo rigor acadêmico; o autor parece ter uma atenção maior com os fatos e não apenas com anedotas. Contudo, o foco continua sendo o comportamento e as conspirações de Dona Carlota, dando grande ênfase à política no Rio da Prata.

Cassoti é cientista político e historiador<sup>1</sup> argentino. Formou-se em Ciências Políticas com especialização em Relações Internacionais na Universidade Católica de Buenos Aires. O autor esteve ao longo de sua trajetória envolvido com o meio editorial, tendo sido diretor de uma coleção de História em uma editora do grupo Planeta, em Barcelona, além de também ter atuado como assessor em outras editoras de Madri e Lisboa. Dentre suas obras constam ainda *Infantas de Portugal - Rainhas em Espanha* (2007) e *A Biografia íntima de Leopoldina* (2015).

Além das obras usadas como fonte, com o objetivo sustentar minha análise, outras produções foram cotejadas juntamente às fontes, como as de Francisca Nogueira Azevedo, José Presas, Oliveira Lima, dentre outras.

Ao propor estudar obras de caráter histórico voltadas ao grande público, esta pesquisa alinha-se a uma das linhas da História Pública<sup>2</sup>. O objetivo é a análise das representações de Carlota Joaquina na historiografia de viés mercadológico, buscando avaliar como esses autores contribuíram para moldar as representações de Dona Carlota junto ao grande público, de que forma suas narrativas contam a história da rainha de Portugal e como essas narrativas contribuíram para configurar as representações populares de Carlota hoje correntes na sociedade.

## ESTA MONOGRAFIA

Os resultados desta pesquisa apresentam-se a seguir estruturados em quatro capítulos: um primeiro sobre a História Pública, base teórica da pesquisa, e os demais de caráter temático, buscando analisar aspectos da vida e da trajetória da personagem tal como retratados nas fontes mencionadas.

O primeiro capítulo está dividido em duas partes. A primeira trata brevemente do conceito de História Pública e da escrita da história dirigida ao grande público. A segunda parte apresenta uma breve reflexão sobre a escrita biográfica.

O segundo capítulo constitui uma espécie de “minibiografia” de Carlota Joaquina. Sua ida ainda infanta para Portugal, seu casamento, a viagem para o Brasil, sua participação na

---

<sup>1</sup> Apesar de ser apresentado como historiador, não foram encontrados dados referentes à formação do autor nessa área.

<sup>2</sup> Sobre o conceito de História Pública, é interessante a obra *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários* (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016), e o artigo *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*, de Jurandir Malerba (2014).

política no Rio da Prata e sua condição após o regresso a Portugal em 1821 são alguns tópicos ali tratados, de maneira narrativa. Estes temas serão trabalhados mais verticalmente nos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo destaca os embates políticos/dinásticos de Carlota com seu esposo, D. João, em dois episódios. O primeiro, a Conspiração de Alfeite ou Conspiração dos Fidalgos, ocorrida entre 1805 e 1806; em seguida, já em solo americano, as proezas da rainha na política do Rio da Prata.

Tratando de um dos temas mais explorados pela historiografia ao longo de dois séculos, o quarto capítulo propõe-se a analisar aspectos mais pessoais da princesa, como sua personalidade, as representações de seu temperamento e de sua aparência, além de sua relação com Dom João VI e as acusações de traição e de adultério – e até mesmo de tentativa de assassinato. Esse capítulo é importante sobretudo em função de serem essas as principais características vulgarmente ressaltadas na figura da princesa. Entretanto, como em geral a ênfase recai nesses pontos, achei mais interessante aqui inverter essa ordem, focando em um primeiro momento a atuação política de Dona Carlota, no capítulo três, para depois tratar das questões que criam a figura caricata da princesa.

Para a análise dos temas de cada capítulo, busquei relacionar a forma como cada autor-fonte aborda o tema. Quando possível, procurei cotejar as narrações, seja com fontes de época, seja com obras historiográficas de autores como Oliveira Lima e Francisca Nogueira de Azevedo, dentre outros.

## 1 DISCUSSÕES SOBRE HISTÓRIA POPULAR E BIOGRAFIAS

### 1.1 ALGUMAS REFERÊNCIAS ACERCA DE HISTÓRIA POPULAR E HISTÓRIA PÚBLICA

Não é o caso de se buscar aqui explorar um campo de estudos tão amplo e polissêmico como o de História Pública. Entendendo a produção e o consumo de historiografia voltada ao grande público – aquilo que alguns autores chamam de história popular, outros de divulgação histórica – o propósito aqui é apresentar alguns conceitos relacionados ao tema, que nos sirvam de ferramentas para analisar a relação da História Pública com o estudo acerca da personagem histórica Carlota Joaquina. Para uma entrada mais ampla ao conceito de história pública, evocamos a autora Jill Liddington, que ressalta o aspecto de que esse conceito abarca praticamente todas as formas de história:

A “história pública” é um guarda-chuva tão acolhedor a ponto de oferecer abrigo a *todas* as formas de história “popular” – seja ela a história oral ou a “história dos povos”, a “história aplicada” ou os “estudos do patrimônio”? A resposta, provavelmente, é um generoso “sim” [...]. (LIDDINGTON, 2011).

Liddington (2011) nos diz que a história pública abrangeria todas as formas de história, no entanto, mais à frente, a autora destaca ser este um “conceito escorregadio”. Ou seja, os vários sentidos em que o termo pode ser empregado podem também tornar seu uso confuso. Sobre esse ponto, é interessante pensarmos se essa abrangência do tema não poderia, de certa forma, causar um esvaziamento do conceito. Se quase tudo pode ser abarcado pela noção de História Pública, será que o conceito não acabaria perdendo o sentido?

Sobre a discussão entre historiadores “práticos” e “acadêmicos”, Jurandir Malerba, nos diz que:

Um ponto fundamental a se considerar na busca de uma definição categórica de *Public History* é a questão da formação de seus praticantes. Autores como Jack M. Holl sustentam que as atividades profissionais de “historiadores práticos” e “acadêmicos” são eminentemente distintas, não obstante o *common ground* que compartilham. Para Holl, o que distingue os historiadores práticos não é sua bagagem intelectual, adquirida por meio do treinamento (mormente nas universidades) que eles compartilham com os historiadores acadêmicos, mas sim sua cultura de trabalho, que é moldada por identidades, perspectivas, missão e valores distintos. (MALERBA, 2014, p. 30-31).

Seguindo a linha de pensamento de Malerba, ao discutirmos o caso brasileiro, perceberemos que aqui temos uma situação diferenciada. Ao contrário do que ocorre no

exterior, onde a História Pública é largamente praticada por historiadores que, embora trabalhando fora da universidade, possuem formação acadêmica, aqui no Brasil é imensa a profusão de profissionais egressos de diversas outras áreas que escrevem história para o grande público. Citando novamente o autor, “no Brasil, a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício.” (MALERBA, 2014, p. 32).

Para complementar o argumento, é interessante trazer a contribuição de Ricardo Santhiago. O autor apresenta “quatro engajamentos fundamentais que nos dão uma ideia da dimensão do termo ‘público’. Em sua perspectiva, temos a história feita “*para/com/pelo* público e ainda o conceito de *história e público*”<sup>3</sup>. (SANTHIAGO, 2011, p. 28). Relacionando o pensamento do autor com o tema dessa pesquisa, podemos pensar que aqui teríamos então uma História Pública feita *para* o público

Para que possamos analisar as obras historiográficas de apelo popular, é interessante, em um primeiro momento, conhecer o conceito trazido pelo autor Leonardo Paiva do Monte Rodrigues:

Essas obras se manifestam como uma convergência de gêneros que apresentam determinada história já cristalizada na cultura por uma historiografia dita tradicional. Aproveitam-se de recortes temporais, obras acadêmicas, temáticas debatidas e de uma volumosa pesquisa já realizada. A cultura média (para nosso propósito, as obras não acadêmicas) se define a partir de uma “cultura legítima”; ou seja, aquela só é criada e renovada ao tomar de empréstimo métodos e assuntos mais divulgados ou mais fáceis de serem reescritos de acordo com as exigências do mercado. (RODRIGUES, 2016, p. 26)

De posse desse conceito, podemos pensar no alcance da historiografia de corte popular no Brasil, a partir da relação desse público com a leitura. Sendo assim, é interessante pensarmos o lugar da leitura no cotidiano do brasileiro. Nos anos de 2011 e 2015, o Instituto Pró-Livro realizou uma pesquisa com pessoas acima de 5 anos de idade, alfabetizadas ou não (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016 apud PAIANI, 2017). A pesquisa consistia em algumas perguntas e os entrevistados deveriam escolher algumas frases que melhor respondessem à

---

<sup>3</sup> Aprofundando um pouco a ideia apresentada pelo autor Ricardo Santhiago acerca desses engajamentos, podemos pensar que a História feita *para* o público é a História que coloca o historiador de fato em contato com o público através de livros, palestras, podcasts e quaisquer outros meios de acesso à conteúdos históricos. Em outras palavras, essa História estaria mais diretamente relacionada com a noção de mercado de trabalho do historiador. Na História feita *com* o público, temos a ideia de uma “autoridade compartilhada”, como ressalta o autor. Aqui o historiador sai do papel de interlocutor e “passa a palavra” a outros atores. Já a História feita *pelo* público está mais ligada a ideia de memória ou de ancestralidade. Aqui a autoridade pertence a indivíduos que detém certas memórias de lugares, pessoas ou situações. Por fim, temos *História e público*, que, segundo o autor, se refeririam à “reflexividade e autorreflexividade do campo.” (SANTHIAGO, 2011, p.28).

pergunta em sua opinião. Na pesquisa realizada em 2011, uma das perguntas era sobre o que seria a leitura, e as frases mais escolhidas como resposta foram: “Fonte de conhecimento para a vida” (64%) “Fonte de conhecimento e atualização profissional” (41%) e “Uma atividade prazerosa” (18%). A partir desses dados, Flavia Renata Paiani chega à seguinte conclusão:

Compreendemos o porquê de a leitura não ocupar um lugar de destaque no tempo livre dos brasileiros, uma vez que ela é considerada uma “atividade prazerosa” para um percentual relativamente pequeno de leitores e não leitores. Por outro lado, dada a importância conferida à leitura a partir de seu caráter instrumental (como fonte de conhecimento, e não como entretenimento), é possível inferir o lugar ocupado por certos livros de divulgação no imaginário brasileiro. (PAIANI, 2017, p. 36).

Pensando nas obras de divulgação, podemos analisar também a relação entre essas e a atuação da mídia no mercado editorial. Essa relação é ressaltada por Rodrigues, quando o autor afirma:

Os meios de comunicação têm certo poder de fazer crer e ver, influenciando contextos sociais culturais e elaborando novos significados simbólicos, além de ratificar preconceitos e ideias, em discursos que se apresentam como instituidores de valores e verdade. (RODRIGUES, 2016, p. 34).

De fato, podemos perceber que as obras de divulgação em geral são muito festejadas pela mídia, e seus autores passam a ser vistos como referências nas mais diversas questões históricas.

No Brasil temos uma situação diferenciada, já que a História é escrita também por pessoas que não possuem uma formação acadêmica específica. A discussão não gira apenas em torno de profissionais que não são formados em História escreverem sobre o tema. Até porque muitos profissionais escreveram boas obras de História sem possuir uma formação na área, tanto trabalhos que contribuem para o debate acadêmico (como os de Alberto da Costa e Silva ou Evaldo Cabral de Melo<sup>4</sup>) quanto historiografia de corte popular, voltadas ao grande público (como Ruy Castro, Fernando Morais, Jorge Caldeira, Elio Gaspari, Lira Neto<sup>5</sup>, dentre outros). (MALERBA, 2014, p. 33).

---

<sup>4</sup> Sobre os autores citamos aqui as seguintes obras: *A enxada e a Lança* (SILVA, 2014), *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669* (MELLO, 2011) e *Três vezes Brasil* (COSTA; MELLO; CARVALHO, 2019).

<sup>5</sup> Sobre a historiografia de corte popular, citamos as seguintes obras: Coleção Ditadura (*A Ditadura envergonhada* (2002), *A Ditadura escancarada* (2002), *A Ditadura derrotada* (2003), *A Ditadura encurralada* (2004) e *A Ditadura acabada* (2016)), de Elio Gaspari; *Chatô: o rei do Brasil*, de Fernando Morais (2016); *História da Riqueza no Brasil*, de Jorge Caldeira (2017); *Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão*, de Lira Neto (2009); *Era no tempo do rei: um romance da chegada da corte*, de Ruy Castro (2007).

Esses autores, apesar de escreverem obras de caráter popular voltadas ao grande público, não abriram mão do uso de obras e referências acadêmicas. Por outro lado, outros autores, ao escreverem obras de História, desdenham da historiografia acadêmica, colocando-se, muitas vezes, como alternativa a esses textos. (MALERBA, 2014, p. 33-34). Segundo Malerba, analisando o guia de Leandro Narloch, dentre outros aspectos, essa historiografia tem forte viés formal anedótico, baseada em “juízos de valor e supostas características psicológicas como fidelidade, impetuosidade, coragem, imaturidade, futilidade, imoralidade estão na base das ações desses personagens.” (MALERBA, 2014, p. 35).

Importa, ainda, trazer a discussão que Malerba faz sobre a relação entre as efemérides e o aumento de vendas dessas obras de divulgação. Um exemplo é o escritor Eduardo Bueno, um jornalista que aproveitou como “gancho” a comemoração do quinto centenário da “descoberta” do Brasil para lançar a coleção *Terra Brasilis*. Bueno percebeu um ótimo nicho mercadológico, já que essas datas comemorativas, em geral, fazem surgir certa necessidade de obras que tragam luz a esses eventos. Amparadas em agressivas estratégias de marketing, tais produções acabam tendo grande repercussão e aceitação do público, catapultando seus autores a celebridades midiáticas.

Ainda sobre o trabalho de Eduardo Bueno, cabe aqui a discussão trazida pelo historiador Rodrigo Bragio Bonaldo, o qual se refere a essas obras como “narrativas jornalísticas da história.” (BONALDO, 2010). Em seu texto, o autor ressalta a participação da mídia como grande articuladora das comemorações como o quinto centenário do “descobrimento”. Sobre esse ponto nos diz Bonaldo:

O grupo Abril lançou sua própria “Coleção Brasil 500 anos”, com encartes e sobrecapas inseridos nas principais revistas da empresa. A semanária *IstoÉ*, seguindo a tendência, publicou um *Atlas Histórico*. Documentários, programas e especiais eram preparados por diversos canais de televisão do país. [...] (BONALDO, 2010, p.33).

Partindo da ideia trazida pelo autor, podemos pensar que o envolvimento da mídia fez com que as comemorações chegassem a todas as camadas da sociedade. Isto influencia diretamente a dita “cultura de massas” e tem como consequência o sucesso alcançado por obras como *Terra Brasilis*. (BONALDO, 2010, p. 32-33).

Nas fontes analisadas para essa pesquisa, tal forma de análise dos personagens se mantém, sobretudo, em relação a personagem principal, Dona Carlota Joaquina, cuja ênfase geralmente é dada a características relacionadas a comportamento e padrões morais. Não tenho como pretensão aqui, como ressalta Benito Schhmidt, “a defesa de uma ‘reserva de

mercado para profissionais da História” (SCHMIDT, 1997, p. 4). Porém, é importante lembrar que a escrita da História traz consigo uma série de responsabilidades, além da necessidade de métodos de pesquisa que, em última instância, são o que fundamentam o conhecimento da história como ciência. Diante disso, não se trata de discutir se a escrita da História deveria ser restrita a historiadores treinados na universidade, mas sim sobre o tipo de História que vem sendo escrita e consumida pelo grande público no Brasil. (SCHMIDT, 1997).

Por fim, importa dizer que, dentro do tema da História Pública, as biografias certamente têm atraído a atenção de muitos escritores e escritoras de História. Obras que atraem o público por sua escrita simples, direta e recheada de situações embaraçosas e anedóticas, que suprem as expectativas sobretudo daqueles que buscam nessas obras uma visão pessoal de personagens históricos. Assim, a relação que se constrói entre a biografia e a História será tratada a seguir.

## 1.2 SOBRE BIOGRAFIAS

Como perscrutaremos, em alguma medida, a vida da personagem Carlota Joaquina, uma breve reflexão sobre o gênero biográfico impõe-se inevitavelmente.

Em um primeiro momento, podemos entender a biografia como:

uma narrativa oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem. Pode, também, ser a compilação de biografias de homens importantes e gênero literário cujo objeto é o relato da aventura biográfica de uma pessoa ou personagem. (BORGES apud ALMEIDA, 2014, p. 293.)

Ainda sobre o conceito de biografia, é interessante analisarmos o que traz Schmidt ao escrever, em 1997, sobre a escrita de biografias por historiadores e jornalistas. O autor, cujas ideias apresentadas na ocasião ainda são válidas atualmente, afirma que “a preocupação central dos biógrafos – historiadores e jornalistas – parece ser a de desvendar os múltiplos fios que ligam um indivíduo ao seu contexto.” (SCHMIDT, 1997, p.15). Dessa forma, podemos inferir que, para o autor, a escrita da biografia estaria então atrelada à relação entre o biografado e o contexto em que se insere.

Em sua obra, Schmidt apresenta a evolução do gênero biográfico através da História. Em uma tentativa de resumir seu pensamento, podemos inferir que o gênero biográfico existe desde a antiguidade, sendo um de seus principais expoentes Plutarco, com seu célebre *Vidas Paralelas*. Na Idade Média, a hagiografia – ou a escrita da vida dos santos – foi uma prática



muito difundida. No Renascimento e na Idade Moderna, tem-se uma recuperação da forma de escritas biográficas da Antiguidade, porém, como ressalta Schmidt, “com um certo alargamento das possibilidades de personagens a serem biografados abarcando mulheres, artistas, e indivíduos de outras culturas.” (SCHMIDT, 2014, p.129). Durante o século XIX, a biografia ficou em segundo plano, pois o objetivo dos historiadores nesse momento era o estudo de grupos, como, por exemplo, o estudo de nações que se formavam. Diante disso, não fazia sentido o estudo de um indivíduo específico. Porém, no século XX, sobretudo a partir dos anos 1980, houve uma retomada do gênero biográfico. (SCHMIDT, 2014, p. 129).

As biografias tendem a levar ao público uma ideia de veracidade. O autor está contando a “vida da personagem”, o que corrobora discursos e análises sobre personalidades, além de reproduzir estereótipos, como é o caso de Carlota Joaquina. Por isso, para a escrita desta monografia, o uso do gênero biográfico torna-se uma das bases, uma vez que as obras analisadas aqui podem, de certa forma, ser vistas sob a ótica de obras biográficas. Digo de certa forma porque todas as três produções poderiam ser classificadas tanto como biografias quanto como romances. Porém, justamente por poderem ser vistas sob a ótica biográfica, muitas das informações trazidas nas obras analisadas são tomadas como verdades pelo grande público, reiterando velhos estereótipos acerca da personagem.

## 2 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE CARLOTA JOAQUINA

Longe de pretender escrever uma “biografia”, no rigor do conceito, neste capítulo nosso objetivo é apenas ressaltar alguns aspectos da vida de Dona Carlota Joaquina, marcantes em sua trajetória, com o fim de preparar o terreno para a análise que faremos sobre as representações historiográficas de caráter popular dela em três contextos históricos distintos.

### 2.1 UMA RAINHA MARCANTE

A Princesa de Portugal e Rainha do Brasil é, sem dúvida, uma das personagens mais complexas da História luso-brasileira. Dona de uma personalidade forte, deixou marcantes impressões tanto na História portuguesa quanto na brasileira. As várias versões a seu respeito vão de uma megera com uma insaciável sede de poder e defensora árdua dos direitos absolutistas, até uma devassa de apetite sexual insaciável.

Desde sua morte, foram escritas inúmeras obras a seu respeito, muitas vezes de forma pejorativa. Isso contribuiu para a visão atual que dela temos, como uma mulher ambiciosa, conspiradora, infiel e manipuladora.

A História de Carlota Joaquina é recheada de percalços e intrigas políticas. Como princesa e posteriormente como rainha, Dona Carlota nunca aceitou lugar secundário na Corte portuguesa. Sendo uma hábil articuladora política, também não aceitou que seu papel se limitasse apenas ao de figura decorativa de seu esposo Dom João (AZEVEDO, 2004, p. 4). Em lugar disso, tomou partido em várias situações e muitas vezes assumiu a frente de grandes articulações políticas.

Carlota Joaquina Teresa Caetana de Bourbon nasceu em 25 de abril de 1775 no Palácio Real de Aranjuez, na Espanha<sup>6</sup>. Era filha primogênita de Carlos IV e Maria Luísa de Parma. Como era o costume nas grandes cortes à época do antigo regime, ainda na infância a princesa teve seu casamento “arranjado” através de uma negociação política que visava beneficiar as Cortes espanhola e portuguesa.

Em vista disso, em 11 de maio de 1785, ocorre em Badajós uma troca de princesas. Como retrata Malerba, a cerimônia foi acompanhada de demonstrações de generosidade do

---

<sup>6</sup> A História de Carlota Joaquina pode ser lida nas obras de vários autores que se ocuparam de sua vida. Dentre eles destacamos aqui dois: de Oliveira Lima, a obra *D. João VI no Brasil*, e de Francisca Nogueira Azevedo, *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*, além de seus artigos *Carlota Joaquina na historiografia latino-americana* e também *Carlota Joaquina, a herdeira do Império Espanhol na América*.

príncipe Dom João, que liderava a comitiva, e a pequena Dona Carlota foi entregue à Dom João enquanto Dom Gabriel recebeu Dona Mariana Vitória. (MALERBA, 2000, p. 47).

Alguns meses após Carlota chegar à Portugal, foi realizada a cerimônia de casamento. Porém, a consumação se daria apenas quatro anos depois, já que Dona Carlota tinha apenas dez anos na época. É interessante destacar aqui as diferenças enfrentadas por Dona Carlota entre a vida na Corte espanhola e depois na Corte portuguesa. De acordo com Maria Antônia Lopes:

enquanto em outras partes do mundo ocidental o século XVIII representou um marco no rompimento com os muros da clausura social para as mulheres, em Portugal a Igreja impunha normas proibindo todo tipo de divertimento: não era permitida a representação de comédias, bailes e festas. Na cidade de Lisboa, em meados do século XVIII, foram levantadas nas igrejas grades de madeira como forma de impedir o contato entre homens e mulheres. (LOPES apud AZEVEDO, 1997, p. 254-255).

Apesar de vizinhas, as duas Cortes eram culturalmente muito diferentes. A Corte portuguesa era considerada muito mais conservadora do que a espanhola, de modo que a mulher nobre, ali, não possuía autonomia e ficava restrita ao âmbito doméstico. Não causa surpresa o estranhamento provocado pelo comportamento de Dona Carlota na sua nova moradia.

Conta-se que desde criança a princesa sempre foi espontânea e, como alguns de seus contemporâneos registraram, “travessa”. Entretanto, temos que levar em conta o fato de que a princesa enviada à Portugal era, na verdade, uma criança. Desse modo, muitos dos comportamentos que ela possuía e eram julgados por alguns como “travessuras” nada mais eram do que comportamentos esperados para alguém na sua idade.

Em 1788, Dom José, filho primogênito de Maria I e herdeiro da Coroa portuguesa, morreu de varíola. Dom João era o irmão mais novo e por isso não havia sido preparado para assumir o trono. Ainda assim, acabou tornando-se herdeiro da Coroa portuguesa. Quando nasceu na Espanha o filho de Dona Mariana e Dom Gabriel, as pressões sobre Dona Carlota aumentaram, pois caso Dom João e Dona Carlota não gerassem herdeiros a Coroa passaria ao filho de Mariana e corria-se o risco de uma temida (pela coroa portuguesa) segunda União Ibérica. Entretanto, aos 17 anos, Dona Carlota engravidou pela primeira vez, dando à luz em 1793 a sua filha Maria Teresa. Depois de Maria Teresa, Dona Carlota teve mais oito filhos. Um deles, Dom Antônio, faleceu ainda criança.

Em 1792, Dona Maria I foi diagnosticada demente e declarada incapaz de governar, razão pela qual Dom João assumiu a regência do trono português. Isso resultou na elevação da

posição e do prestígio da própria Dona Carlota dentro da Corte. Aqui, é interessante apontar a opinião de Malerba sobre a política de Dom João. Diz o autor que:

apesar de a Coroa ter-lhe caído no colo, Dom João até que se saiu bem, apesar de não ter tomado todas as decisões sozinho, já que estava cercado de grandes estadistas. O príncipe manteve-se à frente do Império português e, quando foi instado a retornar a Portugal, deixou seu primogênito à testa do Brasil, numa hábil manobra que manteve dentro de sua casa, ao mesmo tempo, o domínio do velho reino e do mais próspero de seus domínios. (MALERBA, 2020, p. 207).

Com Dom João agora em uma posição de mando dentro da Corte portuguesa, seria de se esperar que Dona Carlota teria também uma maior autonomia. No entanto, ela passa a ser cada vez mais afastada das decisões da Corte, sobretudo em função das relações entre Portugal e Espanha, que se tornam cada vez menos amistosas, gerando suspeitas acerca de sua lealdade ao trono português. (AZEVEDO, 2003).

As relações entre Dona Carlota e a Corte portuguesa tornaram-se muito delicadas após a aproximação entre a Espanha e a França de Napoleão<sup>7</sup> e, ao mesmo tempo, a pressão exercida por Napoleão para que Portugal aderisse ao bloqueio continental.

Após uma rápida ascensão ao poder, depois de um golpe de Estado e da instauração do Império, Napoleão estava em guerra com a França. Essa guerra acabou por dividir a Europa e envolver várias potências. (SLEMIAN; PIMENTA, 2008). “No ano de 1805, assiste-se à formação de dois blocos políticos, cujas principais potências eram, por um lado, França e Espanha e, por outro, Grã-Bretanha e Rússia.” (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p.20).

Nesse conflito entre França e Grã-Bretanha, ambos os países fizeram uso de bloqueios comerciais<sup>8</sup> como forma de atingir o inimigo. Dentre esses bloqueios, cabe destacar o de 1806, instaurado por Napoleão, e que fechava todos os portos da Europa a produtos provenientes da Grã-Bretanha. (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p. 22).

---

<sup>7</sup> Sobre essa aproximação é importante destacar a assinatura do tratado de Fontainebleu. Segundo Slemian e Pimenta (2008, p. 32), “vinha sendo negociado desde 1804 por Godoy [ministro e conselheiro de Carlos IV] e Napoleão, mas só foi formalizado em 1807. Seu objetivo era dividir o território português em três partes entre Godoy, a irmã de Bonaparte e a última seria dividida posteriormente”.

<sup>8</sup> Sobre os bloqueios comerciais impostos, Slemian e Pimenta ressaltam ainda “o de 1803, decretado por Napoleão, que proibia a entrada de manufaturas e produtos coloniais britânicos na França. Como resposta a Grã-Bretanha começou a impor sucessivas proibições de atividade comercial francesa em portos do Império Britânico, e até mesmo o bloqueio de portos da França e de seu Império: as embocaduras dos rios Elba e Weser em 1803; todos os portos franceses do Mar do Norte e do canal da Mancha em 1804; e as embocaduras dos rios Ems e Trava em 1806.” (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p. 22).

Conforme a pressão de Napoleão sobre Portugal aumenta, a estratégia de Dom João de manter uma neutralidade em sua política passa a ser cada vez mais complicada de ser mantida. Sobre a situação de Portugal, Malerba declara que:

No contexto da guerra em que as potências continental e insular eram protagonistas, Portugal, em função da posição geográfica estratégica e do vigor econômico de sua colônia americana, foi constantemente ameaçado por ambas, protelando o quanto pôde, por meio de inteligência diplomática e pagamentos nababescos, a invasão que só viria a acontecer nos finais de 1807. (MALERBA, 2020, p.116).

Quanto à Dona Carlota, em função dessas relações entre Espanha e França, é natural que uma descendente direta do rei espanhol gerasse suspeitas dentro da corte portuguesa.

Em 1806 tem início uma conspiração em Portugal que mais tarde ficaria conhecida como Conspiração do Alfeite. Sobre isso Azevedo observa:

Em 1806, Dom João se retira para uma das propriedades da Coroa no interior, alegando ir para caçar. Espalha-se na corte o boato de que o regente padecia de problemas mentais, assim como sua mãe. Diante disso, uma parcela dos nobres da Corte decide intervir e fazer com que Dom João abdicasse do poder e Dona Carlota assumisse a regência. Avisado do motim, porém, Dom João retornou para Lisboa e a conspiração não se completou. Essa tentativa de derrubada do regente ficou conhecida como Conspiração de Alfeite e teve dentre outras consequências a separação entre Dona Carlota e Dom João. A princesa foi confinada no palácio de Queluz e Dom João passou a viver no palácio de Mafra. Além disso, uma das consequências dessa conspiração é o controle dos passos de Dona Carlota. (AZEVEDO, 2003, p. 37-44).

A conspiração do Alfeite foi uma das primeiras conspirações das quais Dona Carlota foi acusada. Apesar de seu envolvimento nunca ter sido provado, como a autora ressalta acima, seus passos passaram a ser controlados.<sup>9</sup>

Em 1807 as tropas francesas marcham em direção a Portugal. Diante da ameaça iminente, Dom João precisava tomar uma decisão. Apoiado por seu gabinete, o príncipe decidiu então transferir a Corte portuguesa para sua colônia na América.

A análise historiográfica sobre a transferência da Corte não é unânime. Como ressalta Malerba:

Não se chegou afinal a um entendimento quanto ao ato da retirada de Dom João, polêmica que se instaurou no calor da hora: os que desde então procuram deturpar a figura do príncipe julgam-no uma fuga covarde; outros, como os áulicos que narraram aqueles momentos a quente, procuram elevar a figura real, concebendo a

---

<sup>9</sup> A conspiração de Alfeite será trabalhada de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

fuga como uma decisão acertada; há ainda aqueles que voltam os olhos a séculos atrás e pensam na vinda para o Brasil como um “alvitre amadurecido”, que alimentaram outros estadistas lusos. (MALERBA, 2000, p. 164-165).

A fuga ou a partida da Família Real gerou inúmeras anedotas ao longo do tempo, reafirmadas inúmeras vezes por obras literárias, filmes e seriados<sup>10</sup>. Mas o que podemos deduzir através da historiografia é que o embarque da Família Real não foi planejado no último minuto. Segundo a cronologia trazida por Slemian e Pimenta, em 26 de novembro a corte embarcou e em 29 de novembro partiram, as tropas francesas chegaram a Lisboa no dia seguinte. (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p. 48).

## 2.2 UMA PRINCESA NOS TRÓPICOS

A viagem da Família Real para o Brasil não foi nada fácil. Não há dúvidas de que o número de embarcados era superior ao de provisões. Ainda que não se tenha notícia de acidentes graves ou óbitos, famílias foram desmembradas e alojadas em diferentes navios, bagagens desviadas ou largadas no cais, racionamento de comida e água, excesso de passageiros e falta de higiene, foram alguns dos problemas enfrentados pelos embarcados. Além disso, as embarcações enfrentaram uma tormenta na altura da Ilha da Madeira, provocando a dispersão de alguns navios. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 167).

No dia 17 de janeiro de 1808, os primeiros navios chegaram ao Rio de Janeiro. No entanto, aquele que trazia Dom João havia feito uma parada em Salvador, o que fez com que chegasse ao Rio de Janeiro apenas no dia 7 de março.

“Em terras brasileiras abortou uma comitiva de aproximadamente 15 mil pessoas. Conta-se que a realeza chegou às praias em estado de quase indignação, ‘destituídos de tudo, exceto a honra.’” (MALERBA, 2000, p. 168).

O porto do Rio de Janeiro, apesar de ser a capital da colônia, não era uma cidade que possuía a estrutura necessária para receber mais de dez mil pessoas da noite para o dia. A cidade, “moderna” comparativamente a outros aglomerados coloniais, era ainda uma cidade colonial. Por isso, é de se imaginar as dificuldades por que passou o vice-rei Dom Marcos de Noronha e Brito para conseguir preparar a cidade a tempo de receber a Família Real e sua comitiva. (MALERBA, 2000).

Sobre a cidade conta-se ainda que:

---

<sup>10</sup> Dentre os filmes que retratam a vinda da Família Real um dos mais conhecidos é “Carlota Joaquina princesa do Brasil”, escrito e dirigido por Carla Camurati e lançado em 1995. Dentre obras literárias podemos citar *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste Reino*, publicado entre 1810 e 1811 por José Acúrsio das Neves; também *Viagem da família real portuguesa para o Brasil*, publicado em 1810 por Thomas O’Neil, dentre outros.

Tinha as feições rudes de porto colonial, com suas linhas mal traçadas, suas ruas estreitas e fétidas, suas habitações mal arejadas e soturnas, suas ruas povoadas de negros e negras escravizados. Mas a natureza generosa fazia prender o fôlego a todos os viajantes e aventureiros que ali chegavam; e que não cansaram de lisonjear o entorno exuberante, a mata abundante, a baía cercada de montanhas formosas que miravam para o mais azul dos céus, as praias das areias mais brancas bombardeadas pelo sol tropical. (MALERBA, 2020, p.171).

Pouco depois de chegar ao Brasil, Dona Carlota recebeu a notícia de que sua família havia sido conduzida à cidade de Bayona<sup>11</sup>, França, e que seu pai havia perdido a coroa para Napoleão. Assim que Dona Carlota tomou conhecimento da situação de sua família na Espanha, passou a se preocupar com as possessões espanholas na América, sobretudo em função das revoltas que começavam a acontecer e das tentativas de independência em Buenos Aires e outras regiões. A partir desse momento, Carlota Joaquina traçava um novo objetivo e um novo sentido à sua estadia no Brasil, já que, mais próxima do Rio da Prata, ela percebeu a possibilidade de defender as possessões espanholas na América.

Embora conte-se que Dona Carlota tinha a intenção de tornar-se rainha do Rio da Prata, Francisca Azevedo ressalta que, “por meio das cartas enviadas pela princesa, é possível perceber que suas atitudes visavam a proteção das possessões de sua família na Espanha e de uma regência temporária até o restabelecimento do poder do irmão.” (AZEVEDO, 2003).

Grande parte do tempo de Dona Carlota no Brasil foi dedicado à tentativa de assumir a regência no Rio da Prata. Em busca desse objetivo, assessorada por seu secretário José Presas, ela entrou em contato com as juntas na Espanha e com os líderes da América meridional, sobretudo em Montevidéu, um polo de resistência contra as tentativas de independência. Dona Carlota de fato conseguiu o apoio de figuras importantes na Espanha; porém, quando tudo parecia conspirar a seu favor e as Juntas davam a entender que aprovavam sua regência, a interferência da Inglaterra mudou a orientação dos governantes provinciais, já que os ingleses tinham interesse na independência da colônia espanhola. A conclusão desse fato é que:

---

<sup>11</sup> De forma sucinta podemos dizer que uma série de acontecimentos levaram a Família Real espanhola a ser detida na cidade de Bayona. “Em 17 e 18 de março de 1808 ocorre um motim na cidade de Aranjuez tendo como resultado a deposição de Godoy e a abdicação de Carlos IV em favor do filho Fernando. O ex-rei Carlos e o ex-ministro Godoy pedem ajuda a Napoleão para reaver o trono. Napoleão convoca toda a família espanhola a Bayona. Enquanto estão reunidos um levante popular acontece em Madri, contra os franceses. As notícias chegam rapidamente a Bayona e Napoleão decide então destituir Murat transferindo-o para Nápoles, obriga Fernando VII a abdicar e a devolver a coroa da Espanha para seu pai Carlos IV, obrigando este, por sua vez, a cedê-la imediatamente a José Bonaparte, irmão de Napoleão.” (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p. 34-37).

apesar de todas as tentativas de Carlota e dos líderes em Montevidéu, em 1814 chegava ao Brasil a notícia da rendição de Montevidéu, fazendo com que as colônias espanholas fossem definitivamente dadas como perdidas. (AZEVEDO, 1998, p. 17-18).

Em 1815, Napoleão é derrotado na batalha de Waterloo.<sup>12</sup> Em 6 de fevereiro de 1818, após a morte da Rainha Dona Maria I em 1816, Dom João era aclamado Rei Dom João VI. Em Portugal, a situação torna-se cada vez mais difícil, setores da alta classe portuguesa passaram a questionar a continuidade da estadia de Dom João no Brasil.

Em 1820, as tensões chegam ao limite com a Revolução do Porto. Neste movimento, os setores ditos liberais reclamam a criação de uma monarquia constitucional e, além do juramento de uma Constituição provisória, exigiam o imediato regresso de Dom João à Europa. Pode-se pensar que o intuito dos portugueses era na verdade “esvaziar” o poder no Brasil; de qualquer modo, podemos concluir que esse conflito girou em torno do controle político do Império, especialmente no que tange à organização administrativa do Reino do Brasil e da sede decisória da monarquia portuguesa. (MALERBA, 2020, p. 250).

Em abril de 1821, Dom João decide então voltar para Portugal, deixando no Brasil seu filho Dom Pedro, futuro Dom Pedro I.

### 2.3 RETORNO À EUROPA

A 3 de julho de 1821, a Família Real e sua comitiva chegam a Lisboa. Nesse ponto, cabe lembrar o clima político que aguardava Dom João. As Cortes responsáveis pela elaboração da Constituição aguardavam o Rei, esperando que cumprisse sua palavra de jurar a Carta Magna. Sobre a atuação de Dom João nesse momento, Lousada afirma:

Diante disso, Dom João contemporizou, e aceitou as condições impostas para o desembarque – por alguns consideradas humilhantes, pois só teve lugar depois da visita da deputação e de o Rei ter declarado que não se oporia às Cortes – e acabou por aceitar também as novas condições de exercício do poder. (LOUSADA, 2009, p.4).

O dever de jurar a Constituição, que foi concluída em primeiro de outubro de 1822, trouxe à Dona Carlota um momento de protagonismo, já que a rainha se recusou a jurá-la. Tal ato lhe trouxe graves consequências, como ressalta Raphael Rocha de Almeida:

---

<sup>12</sup> Na Batalha de Waterloo, o exército de Napoleão enfrenta as tropas da Grã-Bretanha, sendo derrotado.



um decreto determinava que todas as cidades e vilas e todos os membros da família real prestassem juramento à Constituição de 1822 até o dia 3 de dezembro. A recusa implicaria a perda da cidadania e expulsão do Reino. A recusa da rainha gerou discussões e acabou transformando-a num dos símbolos do movimento de oposição ao governo e às Cortes. Dona Carlota manteve-se inabalável em sua decisão mesmo após o envolvimento de conselheiros e ministros reais. Acabou perdendo os direitos civis e políticos, mas a alegação de doença livrou-a do exílio. A rainha acabou tendo de se retirar para o Palácio do Ramalhão, onde viveu sob suspeição. (ALMEIDA, 2019, p. 71).

A negativa de Dona Carlota sobre jurar a Constituição deu início a uma onda contrarrevolucionária. Aqueles que defendiam o absolutismo viram na figura da Rainha uma representação de suas ideias, o que desencadeou algumas conspirações. Aqui destacaremos de forma sucinta três delas. A primeira dessas conspirações data de 1822, e teve início, como ressalta Almeida, a partir do momento em que passaram a circular no Reino papéis e proclamações contra o governo. Vários desses documentos foram apreendidos em uma Tipografia que ficava na Rua Formosa, o que teria dado nome à Conspiração. (ALMEIDA, 2019, p.71). Conforme Almeida:

Nas proclamações apreendidas subentende-se que o movimento abortado desejava “dissolver as Cortes e convocar [...] novas à maneira antiga [...]”, retirar D. João VI do poder e “substituí-lo por um conselho presidido por Carlota Joaquina”. (ALMEIDA, 2019, p. 71-72).

Além dessa conspiração, em 1823 ocorre a chamada Vilafrancada, movimento que contou com a participação de Dom Miguel, filho de Dom João e Dona Carlota. O movimento teve vários desdobramentos, como a participação de Dom João, que acabou por dissolver as Cortes. (ALMEIDA, 2019).

Em 1824 ocorre um novo golpe, que ficou conhecido pelo nome de Abrilada, já que ocorreu no dia 30 de abril. Tendo à frente Dom Miguel, novamente o objetivo era a derrubada de Dom João. Após essa tentativa de golpe, que fez com que Dom João tivesse de se abrigar em uma nau inglesa, Dom Miguel foi enviado para o exílio, de onde retornaria apenas em 1828. (ALMEIDA, 2019, p. 75-76).

Para Dona Carlota as consequências dessa conspiração foram as seguintes:

Carlota passou a viver em Queluz. D. João VI criou a Polícia Secreta, dirigida por João Cândido Baptista de Gouveia, para vigiar a rainha e seus partidários, informando ao rei, quase que diariamente todas as movimentações dela. (ALMEIDA, 2019, p. 76).

Com o passar do tempo, Dona Carlota desenvolveu problemas de saúde, acabando por falecer a 7 de janeiro de 1830. A causa oficial de sua morte teria sido uma doença no útero.

Carlota Joaquina foi uma personagem complexa. Questionou padrões, assumiu papéis que a princípio não lhe pertenciam e manteve-se fiel até o fim aos seus valores. Podemos pensar que Carlota vivia em um momento de transição, momento que, como ressalta Azevedo, “implicou sentir experiências de dois mundos diferentes e observar as circunstâncias que revelavam a decadência do *Ancien Régime*” (AZEVEDO, 1997, p.271). Assim, podemos concluir que sua luta para manter velhos padrões em um mundo em constante mudança possivelmente foi uma das causas de sua ruína.

### 3 CARLOTA JOAQUINA NA ARENA POLÍTICA

#### 3.1 UMA POLÍTICA ENGENHOSA

Carlota Joaquina obteve fama por suas ditas “intrigas políticas”. A historiografia a respeito nos permite sustentar que ela, a rigor, era uma exímia política e possuía grandes habilidades para manipular pessoas e circunstâncias a fim de alcançar seus objetivos. As ações de Dona Carlota não eram muito diferentes das de outros políticos da Corte de Dom João ou de outras cortes da Europa. Tratava do velho jogo político, à diferença de que Carlota era mulher e, por isso, rompia com o comportamento social esperado.

Ao longo de seu reinado, tanto como princesa quanto como Rainha, Dona Carlota foi acusada de várias conspirações<sup>13</sup> visando a derrubada do governo de Dom João. O intuito deste capítulo é analisar dois desses complôs: a conspiração de Alfeite ou dos Fidalgos, ocorrida entre 1805 e 1806, e as tramas de Dona Carlota na política do Rio da Prata. Ambos os movimentos são tratados nas fontes analisadas.

#### 3.2 CONSPIRAÇÃO DOS FIDALGOS

A primeira vez que Carlota Joaquina foi acusada de tentar usurpar a regência de Dom João foi nos ocorridos do Alfeite, também conhecido como “dos Fidalgos”. Após essa conspiração ocorreu a separação entre Dona Carlota e Dom João, já que, após a acusação feita à princesa, o príncipe teria passado a viver no palácio de Mafra e ela no de Queluz. Essa foi uma das principais consequências dessa tentativa de usurpar o trono.

Assis Cintra não dedicou nenhum capítulo específico à conspiração de Alfeite. No entanto, ao longo da obra, a conspiração é citada em dois momentos, em diálogos criados pelo autor nos quais deixa claro seu ponto de vista a respeito da responsabilidade de Dona Carlota. No primeiro diálogo, que teria ocorrido ainda em Portugal pouco antes da partida para o Brasil, estariam presentes Dom João e Dona Carlota e enquanto conversavam Dona Carlota teria dito que<sup>14</sup>:

<sup>13</sup> Dentre as conspirações das quais ela é acusada incluem-se a Conspiração de Alfeite (1805) e, quando retorna a Portugal, as conspirações da “Rua Formosa”, “Vilafrancada” e “Abrilada”, trabalhadas de forma sucinta no capítulo anterior.

<sup>14</sup> Neste trecho, segundo Assis Cintra, sua fonte foi a obra *Memoires de Madame La Duchesse D'Abrantes (sur Napoléon la Revolution, la Directoire, le Consulat, l'Empire et la Restauration)* escrita pela Duquesa de Abrantes, esposa do general Junot da França.

– E foi este o marido que a diplomacia espanhola me deu. E é este o destino de uma Bourbon, descendente de Felipe II. Se eu tivesse assumido o governo em 1805, e tivesse posto você como louco no Paço como a Rainha Maria Francisca fez com o seu bisavô Afonso VI, outro teria sido o destino de Portugal e neste momento estaríamos aliados a Napoleão, sacudindo o jugo inglês, que escraviza e que rouba há dois séculos este desgraçado reino. (CINTRA, 2019, p.35).

Aqui fica clara a posição de Assis Cintra responsabilizando Dona Carlota pela conspiração de 1805. No entanto, um outro ponto que chama a atenção é que nesse trecho Dona Carlota se compararia a Maria Francisca, esposa de Afonso VI, que teria conseguido usurpar o trono sob o argumento de que o Rei era incapaz de governar por problemas mentais. Em outro capítulo, Assis Cintra usa essa comparação novamente, porém agora na voz do Conde de Linhares, um dos ministros de Dom João e público desafeto de Dona Carlota. O Conde conta a Dom João a História de seu antepassado e usa dos argumentos da História para convencer o príncipe a fazer algo em relação a Dona Carlota, antes que ela usurpasse o trono como teria feito a Rainha anterior<sup>15</sup>. O ministro contaria que:

– Pois bem, vossa alteza, a História de D. Afonso VI, Rei de Portugal vai se repetindo. A senhora Carlota Joaquina, como a Rainha Maria Francisca Isabel de Saboia, se não o destronar, atirando-o numa masmorra, lançará mão do veneno, como fez com o ministro de V. Alteza o senhor Conde de Casa Verde. [...] – Irá parar como a Rainha Maria Francisca, [...] no trono e nos braços de algum aventureiro, ainda é tempo de se evitar o último ato da tragédia. (CINTRA, 2019, p. 155-156).

Desse modo, pode-se pensar nas estratégias literárias usadas pelo autor no intuito de convencer o leitor dos fatos apresentados. Apesar de não existir nenhuma evidência histórica de nenhum desses fatos, a forma como Assis Cintra os descreve e a própria comparação feita, primeiro pela própria Carlota Joaquina e depois pelo ministro, podem ser um artifício do autor para transparecer veracidade.

João Felício dos Santos, assim como Assis Cintra, não dedica um capítulo específico para tratar do tema, até porque sua obra começa com a Corte portuguesa já a caminho do Brasil. No entanto, ao longo do relato o autor relembra a conspiração de 1806.

A primeira vez em que ela é citada é no início da obra, quando Dom João está a bordo do navio olhando para o mar durante a madrugada, após acudir sua mãe Maria I, que havia tido um acesso de loucura. Nesse momento, o príncipe se lembra da esposa que estava a bordo de outro navio. Segundo o autor:

---

<sup>15</sup> Assis Cintra diz em sua obra que o assunto deste capítulo foi retirado da obra de Clemente Oliveira, *Os tumores dos Braganças*.

Fora em 1806, quando de sua séria doença, em Mafra. Fazia apenas dois anos que Carlota Joaquina o declarara louco. Louco como a mãe. Usou o expediente de apelar para a hereditariedade... Comprou (com dinheiro português) físicos e cirurgiões. Nada menos do que nove biltres! Todos uns patifes que viviam às sopas da Casa de Bragança. A mulher (desavergonhada! – Dom João classificava-a por dentro de suas memórias) pretendeu até o auxílio dos pais, já então reis da Espanha. Teria-o matado se necessário aos seus planos torpes. (SANTOS, 2006, p.39).

Na obra de Felício dos Santos, podemos perceber que o autor desde o início já firma sua posição abertamente crítica contra Dona Carlota Joaquina.

A conspiração é citada novamente, dessa vez nos pensamentos de Dona Carlota. A princesa divagava sobre as vantagens que poderia obter vindo para o Brasil, sobretudo nos planos referentes ao Rio da Prata e, enquanto formula seu plano de ação, cogita:

não havia que temer fracassos ou imprevistos: desta vez, os amigos de Dom João não teriam como evitar a coisa! Nem ousariam repetir, no Brasil, o que fizeram em Portugal, anos antes, quando, depois de bem urdida trama inculcando o marido de doído, quase conseguem tomar-lhe o trono. (SANTOS, 2006, p.107).

Dentre as três obras analisadas, a que trata de forma mais aprofundada dessa conspiração é a de Marsilio Cassoti. O autor dedica praticamente dois capítulos para tratar do fato. No capítulo IX, intitulado “Beija-mãos envenenados (1804-1806)”<sup>16</sup>, emulando a “voz” de Carlota Joaquina, Cassoti conta que, após uma caçada, Dom João adoeceu e se retirou para a quinta do Alfeite. Um frade teria ido até lá e avisado ao príncipe que corriam na corte boatos sobre sua saúde mental, mencionando que alguns nobres tramavam sua substituição por Carlota Joaquina na regência do reino. A forma como Cassoti coloca a situação pode nos levar a entender que Dona Carlota não estaria envolvida de forma direta na trama, que teria sido uma ação das cortes (CASSOTI, 2017, p. 94).

A visão trazida pelo autor, num primeiro momento, é de que a ideia de assumir a regência não teria partido de Dona Carlota, mas sim de setores da aristocracia que viam nela uma opção para substituir Dom João.

Segundo a obra, Dom João decide voltar à Queluz depois de receber uma segunda denúncia de conspiração, dessa vez vinda de uma das acompanhantes de Dona Carlota, esposa de Francisco José Rufino de Souza Lobato<sup>17</sup>, que teria sido expulsa pela princesa e ido até

<sup>16</sup> Nesse capítulo, dentre as obras usadas por Cassoti como referência constam *João VI*, de Pedreira e Costa (2006) e *Carta de Dona Carlota a Dom João* (1804).

<sup>17</sup> Francisco José Rufino de Souza Lobato (1773-1830), conhecido como Lobato, foi Camareiro-Mor de Dom João VI, acompanhando-o em 1808 quando veio para o Brasil e também em 1821 no regresso da Corte a Portugal. (ANDRADE, 2008, p.1). Andrade diz ainda que: “contemporâneos eram unânimes em dizer que não havia influência maior sobre Dom João VI. O historiador Oliveira Lima teria chamado a família Lobato de

Dom João como forma de vingança. Após essa segunda denúncia, Dom João teria então decidido voltar ao palácio de Queluz; porém, lá chegando, não teria encontrado nada. (CASSOTI, 2017, p.94).

No capítulo intitulado “Rapaziadas (1806)”<sup>18</sup>, conta-se que, passados três meses desde essa primeira tentativa de conspiração, Dona Carlota e Dom João foram para Vila Viçosa e lá Dona Carlota teria descoberto que estava grávida, decidindo então voltar para Queluz enquanto Dom João permanecia em Vila Viçosa. Nesse momento, em Lisboa, os fidalgos portugueses teriam se reunido em segredo para discutir a regência do reino. Porém, logo que o príncipe volta ao palácio, novamente não encontra nenhum indício da conspiração.

Avisado da continuação dos rumores sobre sua saúde mental, o príncipe decide então abrir uma investigação para descobrir os responsáveis. Segundo o autor, os nobres da Corte continuavam preocupados com a saúde de Dom João e, por isso, Dona Carlota teria sido orientada a escrever aos pais, na Espanha, para que intervissem e tornassem possível a interdição de Dom João no governo.

Segundo o autor, Dona Carlota teria escrito ao pai dizendo que:

o príncipe estava cada dia pior da cabeça e que, como consequência, “as coisas por aí estão a se perder”. Portanto, acreditava eu, chegara a hora de ele ajudar a mim e aos netos. Para que isso se cumprisse, papai deveria mandar ao príncipe uma intimação a fim de que eu entrasse no gabinete, deixando bem claro que não aceitaria réplica, já que, caso meu marido não fizesse o que lhe pedia, a resposta será com armas na mão.” (CASSOTI, 2017. p.100).

Cassoti constrói a narrativa de seu romance de modo a tentar tornar verossímeis as intenções de Dona Carlota, quanto a assumir a regência. Porém, o autor traz ainda que, durante o relato policial, os envolvidos teriam encarregado um certo Frei Abrantes de falar com Carlota e pedir sua permissão para que, caso o príncipe não aparecesse no Beija mão, fosse enviado para Vila Viçosa o Conde de Cavaleiros. Supostamente, a ideia era fazer com que Dom João assinasse a nomeação de Carlota Joaquina como regente. O sinal para que se soubesse quem era parte na conspiração seria manter a mão direita no peito no momento do Beija mão. (CASSOTI, 2017, p.103). Esse fato daria a entender então que, até aquele

---

“tribo”, numa referência explícita ao peso das relações familiares dos Lobato na organização doméstica da Casa Real”. (ANDRADE, 2005, p.3-4).

<sup>18</sup> Nesse capítulo Cassoti faz uso, dentre outras referências, das seguintes cartas: *Carlota a Maria Magdalena de Moscoso*, 23 de fevereiro de 1806; *Maria Moscoso a Carlota*, março de 1806; *Ponte de Lima a Sarcedas*, 5 de agosto de 1806; *Carlota a Carlos IV*, 13 de agosto de 1806; *Carlota a Maria Luísa*, 13 de agosto de 1806. Além disso, consta a obra de José Presas, *Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina* (1829).

momento, ela não estaria envolvida em nenhuma conspiração, algo que o próprio Cassoti contradiz mais adiante na obra quando Dona Carlota, já mais velha, fala sobre a “Conspiração da Rua Formosa” e faz uma comparação com a conspiração de 1806:

Meu mau estado físico naquele momento não me permitia exercer o poder diretamente. Por outro lado, tomei cuidado para não deixar os torpes rastros que haviam feito fracassar a trama de 1806, quando ainda era uma jovem sem experiência nessas questões.” (CASSOTI, 2017, p. 250).

Através desse trecho, Cassoti deixa explícita a participação de Dona Carlota na conspiração.

Cabe agora cotejar essas alegações expressas nas obras de divulgação com a historiografia sobre o tema. Nesse sentido, Francisca Nogueira de Azevedo, que publicou importante obra sobre Carlota Joaquina, ressalta que durante o ano de 1806 o príncipe Dom João teria passado a sofrer com uma forte depressão, que o afastou da vida pública. Ele teria então se retirado para o palácio de Mafra e depois para Vila Viçosa, onde não recebia ninguém além de familiares próximos. Com o afastamento do príncipe, surgiram comentários sobre sua saúde mental, o que dá origem a várias intrigas palacianas e as facções da nobreza passam a procurar soluções. (AZEVEDO, 2003).

Além disso, com o afastamento do príncipe o poder fica nas mãos de seus conselheiros, diante disso a oposição passa a buscar alternativas e uma delas é a destituição do príncipe sob o argumento de que ele seria mentalmente incapaz de governar e decidem confiar a regência à Carlota Joaquina. Diante dessa situação o projeto de destituir Dom João toma forma e seria executado no beija-mão do dia 25 de abril, aniversário de Carlota. O plano vazou e Carlota foi acusada de traidora e posta em exílio doméstico. (AZEVEDO, 2003, p. 34-37).

De acordo com autora, alguns fatos podem ser considerados verossímeis, como, por exemplo, os problemas de saúde enfrentados por Dom João. E se, de fato, o príncipe enfrentava uma depressão, então seria justificável a preocupação dos nobres quanto à situação do Reino.

O autor Oliveira Lima refere-se a essa conspiração como “a mais vil conspiração contra o regente”. (LIMA, 2019, p. 264). Lima deixa clara a responsabilidade de Dona Carlota na conspiração. Em sua descrição, o autor ressalta, assim como Azevedo, que o príncipe sofria com um mal-estar e por isso havia se retirado do palácio. Sobre os boatos que corriam a respeito da saúde do príncipe o autor nos conta que:

Espalharam então perversamente que estava doído como Maria I, que a hipocondria de que sofria não era senão a primeira fase da terrível enfermidade, e parte da nobreza, a mais apegada às ideias antigas e a mais impaciente de organizar uma oligarquia em proveito próprio, pensou em destituir Dom João e confiar a regência à princesa do Brasil, a qual soubera fazer-se estimada não só da aristocracia como da plebe. (LIMA, 2019, p. 261).

Lima também ressalta que a conspiração havia sido descoberta e que com isso o regente havia voltado para Lisboa. (LIMA, 2019).

O ponto a ser levantado aqui é a forma como esses autores abordam os fatos, já que não existem, como foi dito, comprovação empírica da participação de Dona Carlota em nenhuma das conspirações das quais a acusam. Todos os três autores, de forma mais direta ou não, atribuem à personagem a responsabilidade pela conspiração, sempre colocando Carlota Joaquina na posição de uma “inimiga” de Dom João, que queria lhe usurpar o trono.

### 3.3 RAINHA DO RIO DA PRATA?

Sobre a participação de Dona Carlota Joaquina nas questões políticas quando já vivendo no Brasil, sobressai sua atuação nas questões platinas. Aqui, muitas perguntas podem ser feitas a respeito de suas aspirações com relação à regência. Porém, a principal questão a ser levantada nesse momento é sobre suas intenções ao dirigir seu olhar para a região. Ao planejar assumir a regência, Dona Carlota buscava apenas a proteção dos domínios americanos de sua família (os Bourbons) ou na verdade sua intenção era de fato estabelecer um governo no Rio da Prata e reinar a partir desses territórios?

A discussão sobre a regência de Dona Carlota desdobra-se em vários episódios, a exemplo das joias que foram enviadas por ela para Montevideu no intuito de serem vendidas para financiar a resistência, o prelo que Dona Carlota teria praticamente tomado da imprensa do Rio de Janeiro e enviado a Montevideu para divulgar as ideias de seu partido, ou ainda, o episódio em que Dona Carlota teria tentado se apoderar de uma embarcação que iria em direção ao Rio da Prata para poder se dirigir para lá. Esses pontos, combinados com as cartas que Dona Carlota trocou com seus partidários e a junta da Espanha, corroboram a tese da tentativa da princesa de chegar ao Rio da Prata e assumir a regência. O objetivo aqui é analisar a História de Dona Carlota em relação a sua política no Rio da Prata, usando essas situações como ponto de partida. A partir desse momento, passaremos a analisar a forma como as fontes selecionadas abordam os episódios citados acima.



Ao dar início a sua estratégia política de busca pela regência, Dona Carlota passa a enfrentar vários desafios. Um deles é a imprensa de Buenos Aires, já que os dissidentes da região declaram a liberdade de imprensa e usam esse meio para divulgar suas ideias e também atacar o governo de Montevideú. José Presas, secretário de Dona Carlota, ressalta então a necessidade de se fazer frente a esse gênero de guerras, “às vezes tão terríveis como as que se podem fazer com as próprias armas.” (PRESAS, 2010, p. 95).

No intuito de auxiliar Montevideú na divulgação de panfletos a favor da regência, os autores analisados como fontes desta pesquisa convergem no sentido de que Dona Carlota teria decidido enviar um dos prelos pertencentes à imprensa do Rio de Janeiro para Montevideú.

Segundo Assis Cintra, Dona Carlota teria recebido uma carta de José Salazar pedindo um pequeno prelo para impressão das proclamações e um milhão de cruzados (CINTRA, 1938, p.58). É interessante o diálogo criado pelo autor, provavelmente no intuito de mostrar a personalidade que ele credita a personagem.<sup>19</sup> Segundo Assis Cintra:

– Frei Tibúrcio, eu, a princesa Carlota Joaquina, filha dum Rei de Espanha e esposa do Príncipe Regente de Portugal e Brasil, sou alguém neste país. E como um simples frade franciscano ousa contrapor-se à minha vontade? (CINTRA, 1938, p.58).

Ao analisarmos o diálogo acima, podemos perceber o intuito de mostrar Dona Carlota como figura autoritária. Essa imagem será representada também nas outras fontes analisadas. Sobre esse episódio, envio do Prelo à Montevideú, pode-se pensar no fato de que a presença da política de Dona Carlota está ganhando cada vez mais espaço na região do Prata.

Sobre esse ponto, Felício dos Santos, traz em sua obra uma descrição muito parecida com a de Assis Cintra. Ele afirma que Dona Carlota teria recebido uma carta de José Salazar, seu agente em Buenos Aires. “O agitador urgia por um prelo. Falava em impressões urgentíssimas a serem feitas para o bem da causa. Afirmava que, no Rio de Janeiro, havia prelos! [...] Ou ia o prelo – ameaçava – ou a revolução fracassaria!” Dona Carlota teria, então, aproveitado uma ocasião em que Dom João e grande parte do gabinete estavam ausentes para ir ao paço se apossar de um dos prelos usados pela imprensa régia (SANTOS, 2006, p. 185).

---

<sup>19</sup> Assis Cintra usa como fontes as obras de José Presas, *Memórias secretas de D. Carlota Joaquina* (1829) e de J. M. Rubio, *La infanta Carlota Joaquina y la política de España em América* (1920).

Cassoti mantém um foco maior nas relações políticas do que nas questões anedóticas. Em função disso, sua obra apresenta essas questões de forma muito mais resumida<sup>20</sup>. Ele ressalta apenas que:

desde o momento em que os dissidentes de Buenos Aires se apoderaram do comando e estabeleceram a Junta Suprema haviam decretado a liberdade de imprensa por onde propagavam suas ideias, frente a isso havia a necessidade de que os partidários de Dona Carlota pudessem dispor de meios para responder a essa propaganda republicana. (CASSOTI, 2017, p.171).

A carta enviada por José Salazar, além do prelo, pedia a Dona Carlota um milhão de Cruzados para financiar as tropas de resistência. Carlota Joaquina não possuía essa quantia. Para levantar o dinheiro, foi preciso empenhar suas joias. Esse episódio tornou-se famoso, sendo retratado em diversas obras. Alguns dos autores de obras literárias voltadas ao grande público, como os analisados aqui, dizem que as joias não teriam tanto valor como se crê; outros afirmam inclusive que as joias eram falsas<sup>21</sup>.

Assis Cintra, em sua descrição do episódio, expõe a dificuldade que a princesa teve de conseguir fazer negócios na cidade. Segundo o autor, a princesa teria recorrido a todos os negociantes da corte a fim de conseguir empréstimos, mas todos declinaram do negócio. Depois, tentou empenhar suas joias com Joaquim José de Azevedo, Visconde de Rio Seco, episódio descrito também na obra de Felício dos Santos.

Assis Cintra sustenta que logo depois Rio Seco teria ido até Dom João e contado o caso. Então o príncipe regente mandou que apreendessem as joias, o escravo de Dona Carlota e o irmão de Salazar, que seria responsável por levar os objetos preciosos. Após a prisão, Dom João teria chamado o ourives para fazer a troca. (CINTRA, 2019, p. 66-72)

Já Felício dos Santos retrata assim o episódio: Dona Carlota teria pedido a Presas que trouxesse para ver suas joias Rio Seco, um homem muito rico e que costumava emprestar

---

<sup>20</sup> Nesse ponto Cassoti se apoia nas obras José Presas, *Memórias secretas de D. Carlota Joaquina* (1829) e de J. M. Rubio, *La infanta Carlota Joaquina y la política de España em América* (1920), além da carta *De Carlota ao Cabildo de Montevideú*, de 3 de junho de 1811.

<sup>21</sup> Em relação às joias Cassoti conta que, na Corte do Rio de Janeiro, falava-se que o valor das joias era inferior àquele anunciado pela princesa. (CASSOTI, 2017, p.176). Assis Cintra conta que após enviar as joias a Montevideú, Dona Carlota teria recebido uma carta contando que as joias eram falsas e, segundo o autor, isso seria resultado da troca feita por Dom João das joias verdadeiras por falsas. (CINTRA, 2019, p. 72 e 104). Felício dos Santos, assim como Assis Cintra, também conta que as joias de Dona Carlota foram trocadas por pedras falsas, entretanto, ao contrário do outro, Santos atribui a troca ao Conde de Linhares e não a Dom João. (SANTOS, 2006, p. 240-241).

dinheiro para a Coroa. Assim que Rio Seco chega, sem maiores explicações, Dona Carlota lhe mostra as joias e pede que ele as avalie.

Após a avaliação, Rio Seco teria dito que valeriam cerca de um milhão de cruzados. Então, Dona Carlota diz querer penhorá-las. Porém, nesse momento, o outro diz que não poderia fazer negócios com a princesa sem autorização do príncipe regente. Segundo o autor, Dona Carlota teria tentado de todas as formas convencer Rio Seco a empenhar suas joias, inclusive sob ameaças, porém este não aceitou a proposta. (SANTOS, 2006, p.229-233). Diante disso, Dona Carlota teria decidido então enviar as joias em espécie para o Sul.

Narra o autor que o Rio Seco vai até o Conde de Linhares e avisa sobre a situação com Dona Carlota. Linhares descobre que ela pretende enviar as joias na manhã seguinte por meio de seu escravo e manda prendê-lo. (SANTOS, 2006, p.240-241).

Interessante notar que, na obra de Assis Cintra, o protagonismo maior nesse episódio de ludibriar a princesa cabe a Dom João, enquanto que na obra de Felício dos Santos a ideia toda teria partido do Conde de Linhares, que seria o verdadeiro cérebro do gabinete português.

Já Cassoti traz uma descrição diferente dos outros autores sobre o episódio das joias. Dona Carlota teria recebido a carta com o pedido de ajuda, porém, assim como sustentam outros autores, ela estava desacreditada e não conseguia empréstimos. No entanto, em nenhum momento o autor fala sobre uma tentativa de penhorar os itens com Rio Seco. O autor conta que Presas teria sugerido a Dona Carlota que enviasse suas joias dizendo o seguinte:

Qual seja, senhora, reunir grande quantidade de pedras preciosas de propriedade de Vossa Alteza e enviá-las a Vigodet em Montevidéu para que, vendidas ou rifadas por aquela municipalidade, possam com seu produto pagar por algum tempo a tropa e os empregados. Essa ação colocará V.A ao lado de Isabel, a católica, que o mesmo fez ao empenhar as suas para habilitar Colombo a descobrir aqueles territórios. (CASSOTI, 2017, p.173).

Ao mesmo tempo, o conde de Casa Irujo, embaixador espanhol, estava à procura de financiamento de armas no intuito de frear a revolução e não conseguia empréstimos nem com os bancos ingleses, nem com os comerciantes do Rio de Janeiro. Dona Carlota então o teria levado ao lugar onde guardava as joias e oferecido a ele para que as vendesse ou empenhasse. (CASSOTI, 2017, p.173-174). Após esse fato, Dona Carlota teria mandado avaliar os itens e depois enviado para Montevidéu.

Pode-se perceber que a visão de Cassoti sobre os episódios é mais voltada para o lado político da questão. O autor busca de forma sutil analisar as relações entre Dona Carlota, a

Espanha e a Inglaterra. Ao mostrar que o embaixador espanhol não conseguiu empréstimo com os bancos ingleses, por exemplo, ele mostra a fragilidade dessas relações e os interesses que a Inglaterra possuía na região do Prata.

O destino dessas joias também é abordado de diferentes formas pelos três autores com enfoques diversos. Assis Cintra nos conta que, após substituir as joias, Dom João mandou Paulo Fernandes Viana, intendente de polícia, buscar Dona Carlota<sup>22</sup>. Quando ela chega, Dom João lhe mostra as artefatos e diz que foram apreendidos porque acharam que fossem roubadas. Depois as devolve para a princesa e faz com que ela escreva uma carta para o pai na Espanha dizendo que mandou suas joias para Montevidéu para financiar seus partidários. Depois de escrever a carta, Dona Carlota envia as joias, que, segundo o autor, ela não sabia que eram falsas, para Montevidéu. (CINTRA, 2019, p.100-102). Ainda segundo o autor, tempos depois ela recebe uma correspondência dizendo que os objetos não puderam ser vendidos por não serem verdadeiros.

Segundo o autor, Dona Carlota teria descoberto sobre a troca de suas joias por falsas através de Francisco Gomes da Silva<sup>23</sup>, conhecido como Chalaça, filho do ourives contratado por Dom João. Chalaça teria contado a Dona Carlota que:

o Príncipe Regente não queria que o caudilho Salazar fizesse a revolução no Prata. As joias de Vossa Alteza dariam um milhão de cruzados, e com esse milhão o Sr. Salazar faria o levante das tropas. O Príncipe Regente sabe de tudo, e, o Intendente de polícia tem os mais espertos agentes secretos vigiando os passos de Vossa Alteza. (CINTRA, 2019, p. 113).

Assis Cintra menciona que Chalaça teria sugerido a Dona Carlota usar o pretexto do aniversário da filha para ter acesso às joias. A princesa vai então atrás de Dom João e, após usar a desculpa do presente para a filha, examina os adereços, constatando que Chalaça lhe dissera a verdade. A princesa então acusa Dom João de roubo e o príncipe a ameaça de prisão. Como Dona Carlota continua a acusá-lo, ele manda prendê-la no convento D’Ajuda. (CINTRA, 2019, p. 113) Posteriormente, Carlota consegue que João lhe compense, deixando que ela escolhesse entre as joias da Coroa aquelas que poderiam se equivaler às roubadas.

---

<sup>22</sup> Nesse trecho Assis Cintra usa como fonte um panfleto de Cypriano Barata (1874).

<sup>23</sup> Francisco Gomes da Silva ficou conhecido na História por seu apelido, Chalaça. Era um grande amigo de Dom Pedro, futuro Dom Pedro I. Segundo Santos: “Folgazão, irreverente, sempre disposto ao comentário burlesco em torno de homens e coisas do seu tempo, de gestos chalaceantes, de compleição robusta e dispendo de força física, era, contudo, cativante no trato e de muita astúcia para seduzir as mulheres e lisonjear os poderosos mais ligados à corte.” (SANTOS, [s.d.]).

Já segundo Felício dos Santos, em convergência com Assis Cintra, Dona Carlota teria descoberto a trama através de Chalaça, que teria ido até Dona Carlota e lhe contado sobre a troca das joias. Ele sugeriria à princesa que pedisse para ver as joias da coroa usando como desculpa o aniversário de uma das filhas, se quisesse testar a veracidade dos fatos. Dona Carlota então partiu imediatamente e, chegando ao paço, aproximou-se do marido e o acusou de ladrão aos gritos. (SANTOS, 2006, p. 244-246). Dom João não nega o roubo das joias e a deixa sozinha após a discussão. Nessa versão dos fatos, Dona Carlota teria de fato perdido as joias verdadeiras e apenas as falsas chegaram em Montevideú.

Cassoti não traz os detalhes levantados pelos autores anteriores. Segundo conta em sua obra “na voz” de Dona Carlota, esta teria dito:

Sei que, depois, [do envio das joias] na corte do Rio de Janeiro, disseram que seu valor era muito inferior à cifra implicada e que não valiam “sete ou oito vezes mais que a soma que necessitas”, como eu dissera antes a Casa Irujo.” (CASSOTI, 2017, p. 176).

Além disso, segundo o autor, a princesa diria ainda que:

fizeram troca das peças dizendo que entre as peças doadas, não havia rastro de coroas, tiaras e joias de brilhantes nem rubis e esmeraldas com que eu posara em alguns retratos da corte no Rio de Janeiro. A verdade é que aquelas valiosas gemas soberbamente engastadas não me pertenciam, pois faziam parte do tesouro da coroa. (CASSOTI, 2017, p.176).

Em suas correspondências com partidários de sua causa no Rio da Prata, Dona Carlota passa a ser pressionada por alguns deles a ir para o Sul. Ainda que a Junta da Espanha não apoie essa decisão, a princesa resolve embarcar rumo ao Rio da Prata. (AZEVEDO, 1997). Sobre esse episódio, as fontes selecionadas trazem diferentes relatos.

Assis Cintra, ao tratar do fato, ressalta a posição inglesa. O autor cria um diálogo em que Sidney Smith e Lord Strangford conversam e Smith explica ao outro que:

a Inglaterra na verdade não gostaria de Portugal dominando o Prata e nem que a região se tornasse independente, mas sim proclamar um reino no Prata com Dona Carlota como regente no intuito de futuramente lhe oferecer o trono da Espanha desde que ela abdicasse de seus direitos no Prata. (CINTRA, 2019, p.131).

Partindo desse raciocínio, Dona Carlota deveria então ter o apoio da Inglaterra em sua política na região, o que de fato não ocorre quando ela decide embarcar para lá.

Sobre os planos de Dona Carlota de embarcar para o Rio da Prata, o autor ressalta duas tentativas da princesa, sendo a primeira após sua fuga do Convento D’Ajuda, para onde teria sido enviada após acusar Dom João de roubo. Segundo o autor, essa fuga teria sido arquitetada por Chalaça.

O astucioso e incorrigível filho do ourives da Casa Real arquitetou o plano de ação. De acordo com esse plano, o Chalaça, acompanhado de quatro marinheiros ingleses escalaria o muro do Convento D’Ajuda e aí, com escada adrede preparada e conduzida para o local, facilitaria a evasão da Princesa Real, que seria transportada para um dos navios ingleses disfarçada com roupas de marujo. O referido navio partiria dois dias depois, com destino a Buenos Aires, onde Carlota Joaquina, acolitada pelo gringo Salazar e seus amigos, fariam um movimento para a organização do reinado do Prata. (CINTRA, 2019, p. 79-80).

Ainda segundo o autor o plano obteve sucesso e Dona Carlota consegue, disfarçada de marujo se esconder na fragata de Smith, porém é encontrada posteriormente por Dom João e reconduzida ao Convento.

Uma segunda tentativa apresentada por Assis Cintra teria ocorrido quando aportou no Rio de Janeiro a Fragata espanhola “La Prueba”<sup>24</sup>. Dona Carlota teria tentado se apoderar da embarcação a fim de partir para o Rio da Prata. Sobre esse episódio Presas conta que, quando a embarcação chega, ele descobre que está presente Dom Pascual Ruiz Huidobro, chefe da esquadra.

Acreditando que Huidobro pudesse prejudicar os planos da princesa, Presas sugere a Dona Carlota que o envie a Espanha para tratar de algum assunto referente a Junta da Espanha no intuito de afastá-lo do Rio da Prata. Huidobro, no entanto, se recusa a aceitar qualquer missão ordenada pela princesa e segundo Presas a impressão que o mesmo tem após sua reunião com Dona Carlota é de que o intuito da princesa seria de se apoderar da fragata para fins particulares. (PRESAS, 2010, p.46-47).

Na manhã seguinte a Fragata teria partido.

Felício dos Santos, por sua vez, conta que após a decepção com o episódio das joias, Dona Carlota decide voltar para Botafogo. Entretanto, no meio do caminho decide que vai para o sul. (SANTOS, 2006, p. 249).

Dona Carlota então pede a autorização de Dom João para viajar. O príncipe em conversa com o Conde de Linhares teria dito que:

---

<sup>24</sup> Neste ponto Assis Cintra apresenta como fonte Pereira da Silva, conselheiro do Império, em crônica escrita em 1874.

– Agora, diz que vai ao sul, quer eu queira, quer não! Que me dizes a isso, homem? E o pior é que pretende ir para chefiar uma baderna...hein? Para dirigir uma revolução armada. Vai contra a Espanha...contra a Inglaterra...contra a puta que a pariu! (SANTOS, 2006, p. 258).

Nesse pequeno trecho fica clara a posição que o autor atribui a Dom João e também as intenções de Dona Carlota diante das colônias do Prata. Como ressalta o autor, o intuito de Dona Carlota seria viajar ao Prata para dirigir uma revolução que a colocaria como rainha na região, indo contra todos os outros interesses, inclusive da Espanha.

Seguindo ainda no relato de Felício dos Santos, no intuito de sabotar Dona Carlota, o Conde de Linhares teria então elaborado um plano. Pedindo ‘carta branca’ a Dom João, o ministro o aconselha a dar a autorização para que Dona Carlota viajasse. Animada, a princesa começa os preparativos, porém, quando está partindo do palácio, estranha a presença de uma carruagem para levá-la até o porto, já que o lugar é próximo. Assim que entra na carruagem Dona Carlota é sequestrada e enviada ao Convento D’Ajuda. (SANTOS, 2006, p.259-267).

Dessa forma, o ministro conseguiria frustrar os planos da princesa, mantendo-a afastada da política. Dona Carlota, no entanto, fugiria pouco tempo depois. Apesar de o autor apresentar na obra vários detalhes sobre o dito plano do Conde de Linhares, não se sabe se esse fato realmente ocorreu ou se foi uma criação do autor para tornar a obra mais interessante.

Cassoti ressalta em sua descrição que, no final do primeiro ano de estadia no Rio de Janeiro, Dona Carlota pede permissão a Dom João para viajar a Buenos Aires<sup>25</sup>. Dom João concorda, porém salienta que “o consentimento está condicionado a Dona Carlota ser chamada de maneira formal e autêntica.” (CASSOTI, 2017). Logo em seguida, a princesa teria decidido que sua viagem poderia ser antecipada, pois soube da chegada da Fragata Espanhola “La Prueba”, que vinha da Inglaterra em direção ao Rio da Prata.

Nesse ponto, Cassoti cita o autor Presas trazendo o episódio de sua sugestão a Dona Carlota de que mandasse Huidobro para a Espanha. Segundo o autor, Dona Carlota teria aceitado a sugestão de Presas e combinado com Smith uma forma de se apossar do navio. (CASSOTI, 2017, p.138-140). A essa altura, a descrição dos fatos difere de outros autores como Assis Cintra, que diz em sua obra que Smith teria sido contra a tomada da Fragata.

---

<sup>25</sup> Cassoti nesse ponto apresenta como fontes as seguintes cartas: *Dom João a Carlota*, 22 de novembro de 1808; *Dom João a Carlota*, 28 de novembro de 1808; *Carlota a Liniers*, 26 de outubro de 1808; *Carlota à Junta da Espanha*, 30 de dezembro de 1808.

A princesa teria então tentado convencer Huidobro a regressar a Espanha, porém este se nega e, segundo o autor, percebendo os interesses da princesa, decide partir para Montevidéu na manhã seguinte. (CASSOTI, 2017, p.141).

As tentativas de Dona Carlota de exercer a regência duraram alguns anos, aproximadamente de 1808 a 1812. Porém, concordam Assis Cintra e Felício dos Santos, o golpe final nas tentativas da princesa acontece quando o Conde de Linhares decide fazer uma reunião colocando as cartas na mesa e humilhando Dona Carlota.

Segundo os autores, o Conde de Linhares teria convocado uma reunião em que estariam presentes Lord Strangford, Sidney Smith, o marquês de Casa Irujo, Dom João, Carlota Joaquina, dentre outros.

Assis Cintra destaca que um dos motivos para que o Conde de Linhares convocasse a reunião seria “para acabar com a política hipócrita mantida por Lord Strangford”. (CINTRA, 2019, p.169)

Felício dos Santos diz que o objetivo da reunião seria confrontar todos aqueles que se diziam a favor da causa da princesa. O Conde de Linhares, após uma breve retomada dos acontecimentos, teria ressaltado que todos estavam ali de acordo com os elevados desejos de sua Alteza Real, Sra. Dona Carlota Joaquina. Então se dirigindo diretamente a Lord Strangford, pergunta: “garante-nos a Inglaterra um empréstimo de quinhentas mil libras e dez mil carabinas para tomarmos Buenos Aires?” Ao que Lord Strangford teria ficado sem palavras e disse não ter como responder. Linhares passa então a Sidney Smith e pergunta: “E o senhor, almirante Sidney Smith? O senhor garante-nos bombardear Buenos Aires, já com a nossa real princesa a bordo para uma coroação imediata?” O almirante também teria ficado exasperado e não teria conseguido responder. Passando ao próximo, Linhares aponta para o Marquês de Casa-Irujo e pergunta se ele garante a influência, porém não conseguiu terminar a frase, já que o Marquês teria se adiantado e dito que nada garantiria.

Por fim, Linhares teria entregue uma carta a Dona Carlota que teria como remetente Belgrano, aliado portenho da princesa. Na dita carta Belgrano recomendava a um aliado seu que tirasse o máximo de dinheiro da princesa, não para coroá-la, mas para financiar a independência. Além disso passa a princesa vários documentos da Inglaterra e Espanha que provam que seus representantes não a apoiavam. (SANTOS, 2006, p.300-303).

Após todas essas revelações, diz Felício dos Santos que Dona Carlota:

Não aguentou mais tamanha miséria: ergueu-se de supetão. Como vidro estilhaçado, agudo era seu espanto por tanta traição. Atirou longe a tabaqueira de prata, abanou o



rapé derramado nas saias, deu uma rabanada violenta e saiu, fulminando um olho de ódio sem limites. (SANTOS, 2006, p. 303-304).

Assis Cintra ressalta que, após esse episódio, houve o rompimento de Lord Strangford e Sidney Smith com o gabinete do Regente e ambos teriam saído do Brasil.

Cassoti não fala sobre essa reunião. Sua descrição sobre a fim das tentativas de regência seguem outros caminhos. Segundo o autor, em 1812 Dona Carlota teria conseguido finalmente que as cortes aprovassem sua regência. Entretanto, logo depois chega na Baía de Guanabara a notícia de que as cortes de Cádiz haviam rechaçado a regência da princesa, por sua maioria, embora, como ressalta Dona Carlota, “em sessão do ano anterior tenham votado, também por sua maioria, que ela estaria apta a assumir o cargo”. (CASSOTI, 2017, p. 194).

Dona Carlota desconfia da influência inglesa na questão. Logo depois dessa notícia, a princesa recebe uma notificação de que seu secretário precisa deixar a corte. Ela aproveita que Presas está indo para Cádiz e pede-lhe que prossiga lá com a causa. Segundo o autor, Presas continua a entregar cartas e defender os direitos da princesa. Contudo, em função de uma troca de partidos em Cádiz, Presas acaba perdendo o posto e Dona Carlota o substitui pelo frei Bernardo Diaz, e o secretário não teria aceitado bem essa troca. (CASSOTI, 2017, p. 206).

Nesse ponto, torna-se interessante cotejar as informações trazidas pelas obras de divulgação analisadas com o que nos diz a historiografia acerca dos fatos apresentados.

Logo depois de chegar ao Brasil, Dona Carlota descobre que sua família foi levada por Napoleão para a cidade de Bayona e que este se apoderou do trono espanhol.

Assim que recebe a notícia o gabinete português na figura de Dom Rodrigo escreve um ofício às autoridades espanholas em Buenos Aires, oferecendo-lhes “proteção” contra os franceses. Dentre todos os territórios hispânicos da América, o Rio da Prata seria, doravante, o de maior interesse para a Corte Portuguesa. (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p.74).

Sobre isso Azevedo, ressalta ainda que:

Além do interesse português, existia por parte de outros governos europeus como a Inglaterra o medo de que pelo fato de Dona Carlota ser a única herdeira do trono espanhol em liberdade, a regência poderia levar ‘a uma nova união ibérica’ o que causaria um desequilíbrio político na Europa em função, sobretudo, da localização estratégica da Península Ibérica e de seus vastos domínios americanos. (AZEVEDO, 1998, p.3).

Sobre essa possibilidade de União Ibérica, Lima ressalta que na verdade tal possibilidade existia para o governo no Rio de Janeiro e que a política de governo português

foi feita levando-se em conta que pudesse existir essa união, porém, pensando-se no benefício da Coroa portuguesa. (LIMA, 2019).

A Inglaterra possuía interesses econômicos na região do Prata. Diante disso, “entre os ingleses Sidney Smith e Lord Strangford surge uma acirrada disputa em que o primeiro apoia as aspirações da princesa, enquanto o segundo articula contra os interesses de Carlota.” (AZEVEDO, 1998).

Sobre as relações políticas desse período, Azevedo nos diz que:

A partir desse momento dois partidos se formam, de um lado Carlota Joaquina, Sidney Smith e outros seguidores do movimento Carlotista e de outro Dom João, Dom Pedro Carlos, sobrinho de Carlota e também possível herdeiro do trono espanhol, Conde de Linhares e o restante do gabinete. (AZEVEDO, 1998, p.8).

Oliveira Lima sobre os interesses de Portugal e Inglaterra ressalta ainda que Palmela, apoiava as ambições de Dona Carlota, representando a Corte, e Wellesley (ministro dos negócios estrangeiros da Grã-Bretanha), representando os interesses ingleses era contra os planos da princesa. (LIMA, 2019).

É muito difícil saber com exatidão quais eram as reais intenções de Dona Carlota no Rio da Prata. As especulações a esse respeito vão desde a tentativa de constituição de um reino independente sob seu comando até a defesa das possessões de sua família Bourbon. Sob esse aspecto, afirma Ronaldo Bernardino Colvero:

Pelo que depreendemos das correspondências analisadas entre Carlota e várias autoridades com quem manteve contato durante sua estada na América, a princesa não estava interessada na independência da região platina para sagrar-se Rainha absoluta do vice-reino, como afirmavam alguns palacianos da corte carioca e, crendo nisso, alguns historiadores. [...] Dona Carlota tinha como principal objetivo proclamar-se, num primeiro momento, regente da Espanha na porção que então era uma das regiões mais ricas do império espanhol: o Vice-Reinado do Rio da Prata. (COLVERO, 2008, p. 90).

Essa posição é corroborada por Azevedo:

Sua atitude e correspondências comprovam que em nenhum momento pretendeu o desmembramento do império espanhol, e sua luta era antes de tudo, pela defesa e integridade dos domínios de sua família. Seja, como declarava, em nome do irmão Rei, ou em causa própria, acreditando no prolongamento da guerra ou mesmo na eventual morte dos irmãos por ordem de Napoleão, hipótese seriamente cogitada. (AZEVEDO, 1998, p.14).

No caso das três obras literárias analisadas, a visão dos autores difere das apresentadas acima, já que estes veem a política de Dona Carlota como uma tentativa de criar um reino independente no Rio da Prata sob seu domínio.

Sobre o episódio do envio de um prelo para Montevidéu, é interessante pensarmos na importância que a imprensa adquiria no mundo colonial por essa altura. Na verdade, a Região do Rio da Prata:

em função de toda a rede comercial que a envolvia era também local de grande fluxo de boatos, informações, livros, jornais e panfletos, o que tornava o Vice-Reino do Rio da Prata o ponto de encontro por excelência dos Impérios ibéricos na América. (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p.159).

Partindo-se desse ponto de vista, faria sentido a preocupação dos partidários de Dona Carlota de que as ideias acerca de sua regência pudessem ser divulgadas por meio da imprensa.

Além disso, esse episódio é citado também na obra de Oliveira Lima, quando o autor trata sobre as tentativas de Dona Carlota de socorrer Montevidéu:

[Carlota Joaquina] tratou de socorrer a praça de Montevidéu [...]. Fê-lo quer com armas, quer com um prelo e tipos destacados da Imprensa Régia a fim de se habitarem os realistas a responder com artigos de jornais às catilinárias demagógicas editadas da outra banda do Prata. (LIMA, 2019).

Sobre o episódio das joias, apesar do tom de sensacionalismo e das anedotas apresentadas nas três obras analisadas, podemos perceber que os três autores ressaltam a disposição da princesa em tentar socorrer a praça de Montevidéu durante sua resistência. Sobre esse ponto é interessante a visão que Azevedo nos traz dos fatos:

[Carlota Joaquina] se envolve profundamente na busca de recursos para atender as necessidades da cidade. Quando toma conhecimento da negativa do Príncipe em liberar recursos para Montevidéu, reúne no palácio quatro dos comerciantes mais ricos do país e lhes pede ajuda oferecendo suas joias como cautela. Como os comerciantes se negaram a conceder o empréstimo, D. Carlota convoca o embaixador espanhol, marquês de Casa Irujo e resolve entregar suas melhores joias ao marquês para que sem demora, envie os recursos necessários a Montevidéu. O marquês de Casa Irujo em carta ao presidente da Junta de Governo na Espanha, relata a atitude da infanta e expõe outras situações que provam a disposição de D. Carlota em ajudar as províncias do Prata. (AZEVEDO, 1998, p. 16).

Ao descrever os mesmos fatos, Azevedo mostra que a questão principal é que Dona Carlota estava buscando de todas as formas frear a revolução que avançava nas províncias do Rio da Prata e que, inclusive, ela contava com o apoio do embaixador da Espanha.

Ao pensarmos sobre as tentativas de Dona Carlota de ir para o Rio da Prata, a visão trazida por Francisca Azevedo sobre as intenções de Dona Carlota é de que:

Os termos definidos para as transações revelam a intenção conciliatória da infanta, uma vez que atende integralmente à proposta da resistência realista. Ao se comprometer a manter o envio de recursos à Europa, não quebrar a hierarquia colonial, não ultrapassar os limites do Vice-Reino do Rio da Prata, impedir a entrada de tropas portuguesas em territórios platinos e governar temporariamente, até a volta de seu irmão [...] mais do que tudo suas instruções reforçam a hipótese de que Carlota Joaquina não estaria disposta a participar de qualquer movimento de caráter emancipatório. (AZEVEDO, 1998, p. 15).

Francisca Azevedo mostra que a política de Carlota Joaquina ia no sentido de manter as colônias, já que nesse momento a revolução se alastrava e as ideias republicanas começavam a tomar conta da região.

Em obras escritas por historiadores treinados, as tentativas de regência de Dona Carlota são descritas de forma bem menos “fantástica”. Como exemplo, podemos citar Slemian e Pimenta, que falam sobre a proposta de regência da princesa e ressaltam que:

era um dos projetos políticos direcionados a região do Prata e que através do *Manifiesto dirigido à los fieles vasallos de Su Magestad Católica El Rey de las Españas e Índias*, de 19 de agosto de 1808, Dona Carlota Joaquina oficializou suas intenções. No texto, ela clamava publicamente pela soberania e integridade da monarquia borbônica com a pretensão de ser reconhecida como legítima sucessora do monarca espanhol impedido. O manifesto teria chegado a várias regiões como Filipinas, Nova Espanha, Cuba, Guatemala, dentre outras, além disso foi feito um trabalho silencioso com pessoas influentes. Mas o fato é que a solução foi encarada como subversiva por muitos que juravam lealdade apenas a Fernando VII.” (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p.159-160).

Para concluir, é interessante analisarmos a visão que a historiografia traz sobre o fim da política de Dona Carlota no Rio da Prata. Azevedo nos diz que:

Nas colônias da América espanhola a revolução se generaliza, deixando em chamas cidades e campos. José Artigas, denominando-se chefe dos orientais e caudilho militar, nega obediência ao governo de Montevideú e invade os territórios do interior, obrigando as tropas comandadas por Vigodet e Élio a abandonar a Banda Oriental do Rio da Prata, restringindo o controle espanhol à cidade de Montevideú. Os exércitos artiguistas já controlam as províncias de Santa Fé e Entre-Rios, onde se preparam para tomar Buenos Aires. Um ano depois, em 14 de julho de 1814, chega a notícia da rendição de Montevideú. A Espanha e Carlota Joaquina, por mais que resistam acreditar, já haviam perdido para sempre suas ricas colônias do Rio da Prata. (AZEVEDO, 1998, p. 17-18).

Sobre os interesses contrários à regência de Dona Carlota, Oliveira Lima aponta:

Muitos eram os interesses que pelejavam contra a regência espanhola da princesa do Brasil: a própria reputação da pretendente, as ambições individuais despertadas pela nova ordem de coisas entre os políticos partidários do constitucionalismo radical que implantaram, as ilusões republicanas, o partido dos Bourbons de Nápoles, a facção inglesa e a anti-inglesa que, uma e outra, denunciavam aquela candidatura como contrária às suas preferências opostas. (LIMA, 2019).

Já Slemian e Pimenta comentam que “o movimento não foi para frente basicamente pela dificuldade de, em 1808, qualquer projeto político que implicasse grande novidade ser ampla e consensualmente aceito, num contexto fortemente conservador.” (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p. 161).

Muitos dos fatos apresentados pelos autores analisados evidentemente não encontram paralelos na historiografia acadêmica. Por exemplo, o sequestro de Dona Carlota e sua prisão no convento, ou até mesmo sua tentativa de se apoderar de uma embarcação, são possivelmente apenas anedotas usadas pelos autores no intuito de tornar o texto atrativo ao público leitor, o qual em geral prefere saborear a narrativa a discutir verdades históricas.

A forma como cada um dos autores analisados narra os episódios da conspiração dos Fidalgos e das tentativas de regência no Rio da Prata nos mostra pontos de vista diferentes. Enquanto Felício dos Santos e Assis Cintra buscam enfatizar as anedotas e as características pessoais da personagem, em Cassoti podemos ver um viés mais político. Cassoti também traz algumas anedotas, porém é perceptível que esse não é o ponto alto de sua narrativa. Pelo contrário, sua obra busca uma análise da personagem tanto de sua atuação política quanto de sua personalidade. Ainda assim, nas três obras analisadas, é perceptível a falta de contextualização de certos fatos. E obviamente, por se tratarem de obras de literatura, muitos fatos acabam por ser romantizados ou criados, como por exemplo a descrição da reunião que o Conde de Linhares teria feito no intuito de humilhar Dona Carlota. São anedotas que não possuem nenhum fundamento na historiografia, mas aparecem nessas obras apenas como forma de atrair o leitor.

## 4 A ÊNFASE DADA À APARÊNCIA E PERSONALIDADE DE CARLOTA JOAQUINA

### 4.1 UMA PRINCESA QUE NÃO SE ENCAIXA

A figura de Carlota Joaquina sempre foi motivo de especulações. Vários autores a retrataram como uma mulher feia, masculina, infiel, histriônica. A princesa de Portugal e Rainha do Brasil teria sido, na visão de alguns contemporâneos, uma mulher que não servia para representar o papel que lhe fora designado.

É interessante pensar porque suas características físicas eram sempre tão ressaltadas. Poucos autores falam sobre sua inteligência política ou sobre suas habilidades em lidar com as graves questões diplomáticas entre Portugal e Espanha, por exemplo. Sua aparência é sempre o primeiro ponto a ser discutido quando se faz referência à princesa.

Porém, se existe algo tão discutido quanto sua aparência é sua personalidade. De uma mulher com delírios de grandeza até uma assassina, passando por uma messalina, esses são apenas alguns dos adjetivos destinados a descrição da princesa do Brasil.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar a forma como as fontes selecionadas abordam a figura e a personalidade de Dona Carlota Joaquina.

### 4.2 A APARÊNCIA DE UMA RAINHA

A aparência de Dona Carlota foi extensamente descrita em várias obras ao longo do tempo<sup>26</sup>. Muitas dessas obras nos legaram a visão que temos atualmente a respeito dela. Oliveira Lima, em *D. João VI no Brasil*, oferece uma descrição nada favorável da princesa:

É incontestável que a própria aparência não lhe dava entrada autorizada no belo sexo. A estatura era muito baixa, disforme a figura, irregulares as feições, ainda afeidadas pela exuberância capilar da face, em volta da boca de lábios finos. A fisionomia era contudo expressiva, lendo-se-lhe nos olhos rasgados e negros a vivacidade e a decisão, assim como no queixo pontudo a malícia e a perfídia. (LIMA, 2019, p. 262-263).

Nesse pequeno trecho, Oliveira Lima nos mostra de que forma Dona Carlota é vista no início do século XX. Essa visão acompanhará a figura da princesa até o século XXI. Como

---

<sup>26</sup> Nesse ponto, podemos pensar em vários autores, como Oliveira Lima, Pandiá Calógeras e até mesmo autores recentes que escreveram obras populares, como Eduardo Bueno e Laurentino Gomes. Todos em algum momento ressaltam a aparência da princesa.

exemplo, podemos citar a obra do autor Eduardo Bueno, *Brasil, uma História*, em que, para retratar a figura de Dona Carlota, o autor retoma Otávio Tarquínio de Souza:

A mulher era quase horrenda, ossuda, com uma espádua acentuadamente mais alta do que a outra, uns olhos miúdos, a pele grossa que as marcas de bexiga ainda faziam mais áspera, o nariz avermelhado. E pequena, quase anã, claudicante...uma alma ardente, ambiciosa, inquieta, sulcada de paixões, sem escrúpulos, com os impulsos do sexo alvorçado. (SOUZA apud BUENO, 2012, p.258).

Podemos perceber claramente que a forma como a princesa é retratada mudou pouco ao longo dos séculos. Felizmente, nos dias atuais, a personagem tem sido abordada a partir de perspectivas diferentes. Obras como as de Francisca Azevedo apresentam uma visão renovada de Carlota Joaquina, muito além de estereótipos construídos a partir de suas características físicas ou morais.

As fontes aqui analisadas seguem a visão tradicional, ou seja, uma visão caricata ao descrever a princesa. Muitas dessas descrições provêm do relato deixado pela Duquesa de Abrantes<sup>27</sup>, que ao escrever suas memórias produziu um retrato nada favorável de Dona Carlota. Suas memórias serviram de fonte para várias obras, incluindo as de Assis Cintra, João Felício dos Santos e Marsílio Cassoti.

A obra de Assis Cintra é centrada principalmente nos aspectos morais da princesa. O autor não faz grandes descrições sobre suas características físicas. O único momento em que Assis Cintra fala da aparência de Dona Carlota é no capítulo intitulado “A morte de Carlota Joaquina”<sup>28</sup>. Nesse ponto, o autor recorre a Alberto Pimentel para dizer que:

Nos seus últimos tempos, diz o historiador Alberto Pimentel no livro “A Última Corte”, a Rainha Carlota Joaquina era um farrapo de gente. Vivía no mais completo abandono de si e dos outros. [...] Andava mal vestida, suja, com um gibão de chita e uma fita de musseline na cabeça. (PIMENTEL, 1983 apud CINTRA, 2019, p. 199).

Esse trecho retrata o fim da vida da princesa, quando já estava doente e vivendo reclusa.

Sobre a obra de Felício dos Santos, é interessante destacar o seguinte ponto:

---

<sup>27</sup> Laura de St.-Martin Permon, ou Laura Junot foi esposa do general Junot, embaixador francês na corte portuguesa e depois comandante das tropas invasoras a península ibérica. Foi agraciada por Napoleão com o título de Duquesa de Abrantes. Em seu livro *Memoires de Madame La Duchesse D’Abrantes (sur Napoleón la Revolution, la Directoire, le Consulat, l’Empire et la Restauracion)*, a marquesa de Abrantes descreve minuciosamente tudo que vê e vivencia durante o período que passou em Madri e Lisboa. (AZEVEDO, 2004, p. 3).

<sup>28</sup> Como fonte para esse capítulo, o autor usa a obra de Alberto Pimentel, *A última corte do absolutismo em Portugal* (1893).

Carlota Joaquina não era bonita. Nunca o fora. Conheceram-se dias antes de se casarem mas, logo, Dom João (nunca muito envolvido em coisas femininas) viu-se irremediavelmente preso à vibrante personalidade da espanholazinha de mostarda e pimenta. Carlota Joaquina tornou-se, de imediato, um ímã para seus modestos desejos de homem. – Seria-o, mais tarde, também para a sensualidade e, sobretudo, para o interesse e para a ambição de todos os outros homens que perlustraram-lhe a vida. (SANTOS, 2006, p.68-69).

Em outro momento, o autor descreve um encontro entre Dom João e Dona Carlota. O príncipe faz então uma descrição da princesa: “corpo por vezes viril (e até repulsivo como o de um moço de estrebaria), outras vezes tão femininamente atraente”. (SANTOS, 2006, p. 88).

Por meio dessas duas passagens, podemos perceber que as descrições que o autor faz de Dona Carlota apelam para a sexualidade da personagem. A construção do caráter da princesa passa por uma conotação sexual. Esse ponto vai ao encontro da visão que foi disseminada a respeito da moral de Dona Carlota.

Cassoti, ao contrário dos outros dois autores analisados, começa sua narrativa no nascimento da princesa, passando por alguns aspectos da sua infância. Em vista disso, nos apresenta uma descrição de Dona Carlota que teria sido feita pelos portugueses ao recebê-la na cidade de Vila Viçosa, durante o evento da “troca das princesas”, em que a princesa Mariana, irmã de Dom João, foi entregue em matrimônio a D. Gabriel, irmão de Dona Carlota, que foi entregue a Dom João.<sup>29</sup> Esse capítulo da obra de Cassoti é intitulado:

“O Bacalhau e a Sardinha” [e] faz referência justamente à ideia que os portugueses teriam feito de enviar uma princesa jovem, alta e de porte elegante e receber em troca uma princesa que segundo eles possuía um porte diminuto para a idade. E teriam dito ainda que os lusos entregaram a Espanha um “bacalhau” e receberam como paga uma sardinha. (CASSOTI, 2017, p. 32).

Essa é uma das poucas descrições feitas pelo autor sobre os aspectos físicos da princesa. O episódio da troca das princesas de fato aconteceu e é mencionado por Jurandir Malerba em *A Corte no Exílio*, como ressaltado no capítulo dois. Entretanto, a visão caricata da princesa, ao ser comparada a Dona Mariana, fica a cargo do autor Cassoti, possivelmente no intuito de reforçar essa imagem estereotipada de Dona Carlota.

---

<sup>29</sup> Podemos pensar aqui até mesmo no filme de Carla Camurati ou nas séries de TV que falam sobre a família real, como a minissérie “O Quinto dos Infernos”.



Além da descrição de Dona Carlota ainda infanta, encontramos outra descrição a respeito da aparência física da Rainha no Epílogo da obra de Cassoti, em que o autor, emulando Assunção, filha de Dona Carlota, conta os últimos momentos da Rainha.

Nesse ponto, a personagem Assunção relata como Carlota Joaquina estava no momento de sua morte:

Honestamente, a aparência que o corpo da Rainha exibia aos poucos que tinham acesso a ela não tinha nada de edificante. O rosto da infanta espanhola que havia sido representado resplandecente por mestres pintores da corte da Espanha estava coberto de manchas vermelhas, assim como as pernas e os braços. (CASSOTI, 2017, p. 302).

Ao analisarmos o destino de Dona Carlota, tanto na obra de Assis Cintra quanto na de Cassoti, vemos que os dois autores descrevem o fim da princesa de forma trágica. Ambos reservam os comentários sobre sua aparência para o momento final de sua vida. Assis Cintra afirma que a princesa havia se tornado um “farrapo de gente”, e Cassoti ressalta seu mau estado em seus últimos momentos. Isso pode nos levar a pensar se essas descrições trágicas de Dona Carlota não seriam uma forma de “fazer justiça”, colocando a personagem em uma posição de ter sido sentenciada ao “que teria merecido”.

#### 4.3 UMA RAINHA COM PERSONALIDADE

Carlota Joaquina possuía uma personalidade marcante, sem dúvida. Era uma mulher de opiniões fortes, o que lhe rendeu a antipatia de muitos membros da Corte portuguesa. O fato de expressar suas opiniões, juntamente com as características de sua personalidade, rendeu a ela o apelido de a “Bruxa de Queluz”.

Dona Carlota foi descrita de forma pejorativa por vários autores, isso é inegável. Oliveira Lima ressalta que “a simples menção deste nome traz à imaginação um cortejo de caprichos dissolutos e de intrigas políticas. Um dos maiores, senão o maior estorvo da vida de Dom João VI.” (LIMA, 2019, p. 261).

No entanto, apesar de muitas vezes ter sua personalidade criticada, muitos autores admitem aspectos positivos da princesa, como Pandiá Calógeras:

Mera justiça, entretanto, é dizer quanto ela era superior ao esposo em inteligência, energia, coragem, e dedicação à seus amigos. Era um leader, um condutor de homens nato. Durante trinta anos, até a sua morte, foi o chefe real dos absolutistas de Portugal: os mais altaneiros guias do partido, por mais famosos que fossem,

curvavam-se ante sua direção. Combatia, sem tréguas nem temor, por seu ideal político, a restauração e o pleno e público reconhecimento da monarquia de direito divino. (CALÓGERAS, 1938, p. 55).

Porém, o forte gênio da princesa rendeu-lhe algumas anedotas. Ao descrevê-la, Calógeras elenca vários atributos de sua personalidade:

Diante de sua carruagem, galopavam dois batedores, soldados de cavalaria que obrigavam os transeuntes a se ajoelharem diante da soberana em passeio: quem não obedecesse imediatamente à ordem, sofreria castigo pronto, a relhadas e mesmo a pranchadas de espada. (CALÓGERAS, 1938, p. 54).

Esse ponto em particular está presente também na obra de Oliveira Lima. Segundo o autor, ao sair de carruagem, Dona Carlota exigia que seus guardas fizessem com que todos se curvassem, inclusive estrangeiros que estavam na Corte, como é o caso do diplomata americano Sumter e até mesmo de Lord Strangford. No entanto, cabe destacar que Lima faz referência à passagem da Família Real e não apenas no caso de Dona Carlota. (LIMA, 2019).

Dentre os contemporâneos, um outro autor que ressalta os traços caricatos de Dona Carlota é Laurentino Gomes, em sua obra *1808*, em que apresenta a personalidade de Dona Carlota da seguinte forma:

Nenhum outro personagem da época de D. João VI passou para a História com imagem tão polêmica e caricata. Inteligente, briguenta e vingativa. No filme de Carla Camurati, *Carlota Joaquina – princesa do Brasil*, é uma Rainha devassa e promíscua. Na História oficial portuguesa, uma soberana carola e ultraconservadora. (GOMES, 2007, p. 157).

Podemos pensar que o que Gomes faz na verdade é apenas reproduzir os estereótipos presentes nas obras citadas anteriormente, sem, contudo, haver por parte do autor qualquer preocupação com a crítica dessas fontes.

Sobre as obras aqui analisadas, podemos ressaltar que todas retratam a personalidade de Dona Carlota de forma caricata, porém algumas em maior grau que outras. Assis Cintra e Felício dos Santos descrevem Dona Carlota quase sempre enfatizando questões sobre seu comportamento através de anedotas, cujo foco é explorar as contradições de sua personalidade.

Na obra de Assis Cintra, Dona Carlota aparece de forma caricata em quase todos os capítulos. Já no primeiro capítulo<sup>30</sup>, ele faz menção a uma anedota que se refere à noite de

---

<sup>30</sup> Como fonte para esse capítulo, Assis Cintra aponta a sátira intitulada *Gataria em núpcias*, que tem sua autoria atribuída, segundo o autor, por alguns a Nicolau Tolentino e por outros ao padre José Agostinho. Além da sátira,

núpcias de Dona Carlota<sup>31</sup>, em que a princesa teria mordido a orelha de Dom João e lhe atirado um castiçal. Essa situação ficou famosa e foi reproduzida em várias obras<sup>32</sup>. Além disso, o autor descreve a personagem ressaltando o suposto desprezo nutrido por Dona Carlota pela população do Brasil. Um dos exemplos trazidos por Cintra é quando a Corte desembarca na Bahia e o governador sugere que Dom João fixe residência lá, ao que Dona Carlota teria respondido: “Vamos para o Rio. E se você quiser ficar aqui, eu me exilarei voluntariamente no Rio de Janeiro. Lá deve haver menos negros do que aqui.” (CINTRA, 2019, p. 59). Esse é apenas um dos momentos em que Assis Cintra, ao descrever a personalidade de Dona Carlota, ressalta a aversão que ela sentiria pela população do Brasil.

Felício dos Santos traz inúmeras situações que descrevem o comportamento de Dona Carlota: modo de se apresentar, falar e como a princesa costumava se referir àqueles por quem não nutria nenhum tipo de afeição.

A título de exemplo, o autor traz uma situação em que, durante uma de suas confissões, Dona Carlota teria tido um desentendimento com o frade, seu confessor, e em um rompante teria saído e o deixado falando sozinho. Depois de um tempo, a princesa passou pelo local e viu o frei no mesmo lugar. Ela lhe teria dito que fez uma promessa a Judas para que Deus a perdoasse pelo rompante, ao que o frei entende que ela falava de São Judas Tadeu. Ela, no entanto, entre gargalhadas teria dito que falava do Judas apóstolo e traidor de Cristo:

Não foram todos apóstolos? Todos não foram filhos de Deus, frei? Uns, naturalmente, haviam de recender a flores, outros a fossas. [...] – De mais a mais, [...] o Judas mau, ao menos, há de fazer por onde Deus me perdoe. Tem sua experienciazinha. (SANTOS, 2006, p. 154).

É evidente que todos os diálogos presentes nas fontes analisadas não passam de criações feitas pelos autores. Entretanto, a análise dos mesmos é interessante no sentido de purificar a imagem criada de Carlota Joaquina. Esse diálogo é um exemplo, pois aqui o autor mostra uma das características atribuídas a personalidade de Dona Carlota, qual seja, sua ironia e seu humor sarcástico, apresentado em várias outras situações.

---

o autor aponta também como fonte um folhetim intitulado *Regozijos esponsalícios dos príncipes de Portugal e Espanha*. Assis Cintra não aponta a autoria deste último.

<sup>31</sup> Sobre a noite de núpcias narrada na obra de Assis Cintra, a narração do autor não se sustenta. Assis Cintra afirma que Dona Carlota casou-se aos dez anos e que logo depois foi realizada a noite de núpcias. No entanto, a noite de núpcias entre Dona Carlota e Dom João foi realizada cerca de quatro anos depois de oficializada a união em função da pouca idade da princesa.

<sup>32</sup> Podemos pensar aqui até mesmo no filme de Carla Camurati ou nas séries de TV que falam sobre a família real, como a minissérie “O Quinto dos Infernos”.

Cassoti, por sua vez, apesar de também enfatizar em várias passagens essas visões preconceituosas, parece buscar ser um pouco menos parcial a respeito da princesa, talvez pelo fato de sua narrativa ser estruturada emulando a voz de Dona Carlota.

Como o autor retrata de forma mais aprofundada a infância da princesa, muitas de suas descrições remontam a essa fase da vida de Dona Carlota. Dentre essas descrições é interessante ressaltar uma feita na época em que estavam sendo discutidos os arranjos para o casamento de Dona Carlota e Dom João. Em uma carta escrita por Floridablanca à mãe de Dona Carlota, este dizia que:

ela era uma menina com a vivacidade própria da idade. O que, se em princípio tinha a desvantagem de que os portugueses pudessem achá-la um pouco estouvada, podia estimular um adolescente reservado e tímido como o infante Dom João. (CASSOTI, 2017, p. 26).

Podemos perceber aqui que a personalidade de Dona Carlota já destoava do que se esperava, sobretudo na corte portuguesa.

Além desse episódio, o autor cria outras situações em que ressalta o comportamento de Dona Carlota, como quando a princesa conta que:

Uma vez, enquanto almoçava de frente para meu marido, atirei um pedaço de comida para o outro lado da mesa, dando bem na cara de João. Quando ele se queixou, desculpei-me dizendo que não tivera a intenção de acertar nele, mas na outra, que estava ali. (CASSOTI, 2017, p. 34).

Esses e outros episódios, ainda que possam ser fictícios, buscam demonstrar a visão que os contemporâneos portugueses da princesa possuíam acerca da sua personalidade.

Cassoti ressalta também a inteligência da pequena princesa, destacando seu bom desempenho nos exames prestados diante da corte. “Provas em que dissertei sobre dogmas, mistérios, ‘doutrina de nossa Santa Fé e religião’, História sagrada, geografia, gramática, língua portuguesa, gramática latina e até sobre *Comentários*, de Júlio César.” (CASSOTI, 2017, p.35). Carlota Joaquina era de fato uma mulher letrada; tendo passado parte de sua infância na Corte espanhola foi educada de forma diferente do que se via na Corte Portuguesa. O fato de ser uma mulher culta possivelmente foi um dos fatores que influenciariam em sua capacidade de análise das relações políticas da Corte.

Quando falamos da personalidade de Dona Carlota, não podemos deixar de citar sua relação com o marido, Dom João VI. Em geral, a visão que se disseminou acerca do casal é a

de que Dom João teria sido um homem bondoso, guloso e gordo e Dona Carlota uma mulher feia e cruel, praticamente uma megera.

Sobre a relação do casal, Assis Cintra coloca Dom João como vítima de Dona Carlota. Em vários trechos da obra o que percebemos é apenas o príncipe queixando-se da forma de agir de sua esposa. Por exemplo:

– Seu Lobato, minha mulher é um caso sério. Se você visse a impressão que dela tive logo na noite de núpcias... Olhe aqui na minha testa. Abriu-me uma brecha com um castiçal de prata. Olhe aqui na minha orelha direita... falta-me um lóbulo, que foi arrancado com uma dentada nupcial da Senhora Carlota Joaquina quando, aos dez anos de idade, aprouve receber-me por esposo. Depois disso, meu Deus do Céu, o que tenho sofrido. Nas vésperas de virmos para o Brasil, ao comunicar-lhe a necessidade de deixarmos Lisboa, cuspiu-me na cara o insulto de covarde e fujão. Minha mulherzinha é pior que gata, seu Lobato. (CINTRA, 2019, p. 71).

Podemos inferir aqui a posição de vítima atribuída a Dom João. Em várias outras partes da obra o autor cria diálogos em que o príncipe teria feito queixas semelhantes, sempre se referindo a Dona Carlota como “sua mulherzinha”. Essa forma do autor de posicionar os personagens em grande parte da obra nessa relação, vítima e vilão, pode ser pensada como uma das formas de se reforçar o estereótipo atribuído a princesa ao longo da História.

Ao descrever Dom João a bordo do navio que vai em direção ao Brasil, Felício dos Santos o faz de forma a dar ao leitor a impressão de que o príncipe gostava de Dona Carlota, mas seria apenas mais uma vítima da princesa. A visão de Felício dos Santos é contrária à apresentada anteriormente por Assis Cintra, o qual em sua obra passa ao leitor uma impressão de frieza na relação do casal.

A visão de Felício dos Santos pode ser ilustrada no seguinte trecho:

Diziam que a mulher tinha jeito de homem, dava-se ares de virago, montava bem, imperava, traía-lhe, era falsa de sentimentos, infiel, só dizia mentiras [...]. – Que importava lá? – Rumorejavam (até e principalmente no paço) que a mulher queria-lhe o cetro... a vida! – Que importava? Só o que importava mesmo ao coração friável do regente era o ferro da separação em que ia da mulher, de “seu ímã”. De sua luz. (SANTOS, 2006, p. 49).

Deste ponto podemos inferir que, segundo o autor, apesar de tudo o que se dizia a respeito de Dona Carlota, Dom João tinha um apreço especial pela esposa e sentia sua falta. Porém, em outros momentos, Felício dos Santos passa ao leitor a ideia de que o príncipe sentia um grande prazer em conseguir “lograr” Dona Carlota, como por exemplo, quando o autor narra a situação de uma das vezes em que Dona Carlota teria sido presa em um convento. Segundo Felício dos Santos, Dom João teria fingido dar autorização para que a

princesa viajasse ao sul ao mesmo tempo em que o Conde de Linhares armava uma forma de sequestrar a princesa e enviá-la para um convento:

– Percebo... Agora, percebo! Sim...És terrível, Linhares! – e, já sorrindo, confiante no habilíssimo assessor, gozando bem no íntimo (como costumava fazer a cada nova peça pregada à mulher), saboreou mais essa pequenina vingança, como única saída contra a traição da magana. (SANTOS, 2006, p.264).

Cassoti também retrata a ligação entre Dom João e Dona Carlota como uma relação fria, sobretudo a partir de 1806, quando os dois passaram a viver separados. Este autor ressalta ainda que Dom João procurava manter a princesa afastada dos negócios do reino. Esse fato pode ser ilustrado em um capítulo em que o autor cria um diálogo que teria ocorrido entre Dona Carlota e a Marquesa de Alorna<sup>33</sup>, em que esta conta à princesa algo sobre o reino e estranha que Dona Carlota não esteja a par do assunto, ao que a princesa responde:

Eu lhe contei, então, que, quando o príncipe José ainda estava vivo, meu marido sempre “blasfemava” porque seu irmão comentava os assuntos públicos com a esposa. – Não acha bom que as mulheres se metam nos negócios – expliquei. (CASSOTI, 2017, p. 69).

Além dos negócios do reino, segundo o autor, Dom João procurava manter Dona Carlota afastada até mesmo de decisões que envolvessem os filhos:

tanto a infanta Maria Teresa como dom Antônio logo começaram a receber lições de leitura, escrita e aulas de catequese de Inês da Silva Telo de Menezes, filha do Conde de Aveiras, pertencentes à casa de meu marido. Eu nem sequer fui consultada a respeito. (CASSOTI, 2017, p.72).

Dessas passagens da obra de Cassoti, podemos perceber que a visão apresentada pelo autor sobre o casal é de fato de frieza, em que na verdade o príncipe tentava de todas as formas manter Dona Carlota à margem de qualquer decisão.

Vários autores focaram em algum momento na relação de Dom João e Dona Carlota. Além das fontes apresentadas, podemos citar também a visão que Calógeras traz a respeito do casal. O autor ressalta a oposição entre a visão que se tinha de Dom João e de Dona Carlota. Sobre Dom João, o autor afirma que:

era amado e respeitado. Pelas ruas que atravessava, ou nas estradas que percorria, as gentes se ajoelhavam diante dele. Sua conduta benévola, bondosa e chã para com os humildes conquistava-lhe todos os corações. (CALÓGERAS, 1938, p. 54).

---

<sup>33</sup> D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastro tornou-se mais conhecida como Duquesa de Alorna, tendo sido uma tradutora e pedagoga portuguesa que viveu entre os anos de 1750 e 1839. (PORTO EDITORA, [s.d.]).

Já sobre Carlota Joaquina, a visão apresentada pelo autor é a seguinte:

com a Rainha, D. Carlota Joaquina, ocorria precisamente o inverso. Era geralmente odiada, tão íntimo, forte e rude era seu desamor pela terra, antipatia que não escolhia termos para se externar, e se manifestar. (CALÓGERAS, 1938, p. 54).

Nesses trechos, Calógeras traz uma oposição, a qual é reproduzida até os dias atuais, de Dom João como um príncipe bondoso e Dona Carlota como uma mulher odiosa.

A relação entre Dom João e Dona Carlota certamente era muito mais complexa do que as obras analisadas deixam transparecer. Ambos eram observados por todos os membros da corte e as questões relacionadas ao casal geralmente eram assuntos muito discutidos por todos. Em função disso, qualquer situação envolvendo a intimidade dos príncipes era motivo de atenção. Por isso, podemos imaginar por que as traições conjugais das quais Dona Carlota foi incansavelmente acusada foram tão debatidas e retratadas em praticamente todas as obras que falam sobre a vida da princesa, já que qualquer situação envolvendo a Família Real rendia inúmeras especulações por parte da Corte e da população de modo geral.

Apesar de existirem vários vestígios evidentes e conjecturas acerca das traições de Dona Carlota, elas não foram de fato provadas – o que não impediu que ela passasse a ser tachada na História como adúltera.

Dentre os vários autores cujas obras retrataram a infidelidade de Dona Carlota, podemos citar Luiz Edmundo, cronista do Rio de Janeiro, que escreveu sobre Dona Carlota: “Na corte de Lisboa, a mulher de D. João lembrava uma gata eternamente no cio (...) ao procurar seus amantes [...] tudo lhe servia, tudo desde que tivesse a forma aproximada de um homem.” (EDMUNDO, 1939, p. 237 apud AZEVEDO, 1997, p. 252).

Em obras mais recentes podemos constatar que a forma de retratar o assunto ainda se mantém. Bueno, em *Brasil uma História*, nos diz que:

Mais do que ao Brasil, D. Carlota só odiava uma coisa: o marido D. João, com o qual estava casada havia 36 anos, mas com quem não convivia há vinte. Ainda assim, tivera nove filhos. Prole tão numerosa num casal que mal podia se olhar gerara muitas suspeitas: dizia-se que pelo menos cinco dos nove rebentos não seriam fruto de D. João. (BUENO, 2012, p. 257).

Bueno explora nesse ponto o fato tão discutido ao longo dos séculos sobre a infidelidade de Dona Carlota. Embora não possa provar, deixando a interpretação dos fatos a cargo do leitor, ele faz insinuações acerca da infidelidade.

Dentre as fontes analisadas, praticamente todas as três em algum momento tocam nesse assunto, de forma explícita ou deixando sinais ao leitor.

Assis Cintra apresenta as infidelidades de Dona Carlota em quase todos os capítulos de sua obra. O autor diz que a princesa teve inúmeros amantes, dentre os quais seu secretário José Presas e o capitão inglês Sir Sidney Smith. Além disso, no capítulo intitulado “Os amores e crimes de uma Rainha”, a princesa teria contado a sua dama de companhia sobre os homens que passaram por sua vida. O diálogo teria se dado da seguinte forma:

- Sabes, Maria Josepha, o meu primeiro amor foi o Marialva. Magnífico. Soberbo. Forte. Cavalheiresco.
- E lord Beckford?
- Esse era um inglês afidalgado na aparência, um laçaió sórdido, por dentro...
- E vossa majestade conheceu bem o general Junot?
- Um sargento, tanto quanto o general Lannes. Ambos me arrastaram as asas, quando sucessivamente foram, em Lisboa, embaixadores de França. [...].
- [...]
- Olhe, Maria Josepha, esplêndido rapaz era o jardineiro do Ramalhão. Matei-o por me ter dado uma surra...
- E o João Santos, majestade?
- Também um rapagão. Embora tivesse sido moço de cavalaria, eu o civilizei (...)
- Vossa Alteza foi como a mariposa...
- Era o meu destino. Amei também o almirante Sidney Smith. Coisa de pouco tempo. Depois veio o Dr. José Presas, espanhol devasso, audacioso, ladrão [...].
- Nenhum dos seus amigos excedeu ao Fernandinho, não é, majestade?
- Oh! Nunca pude gostar do Brasil, mas o Fernandinho encheu o meu coração com o seu amor. [...] (CINTRA, 2019, p. 196-197).

Ao criar esse diálogo, Assis Cintra apresenta ao leitor uma reflexão de Dona Carlota acerca de todos os homens que teriam passado por sua vida. Nessa obra, podemos ver de que forma o perfil da princesa vai sendo construído. Assis Cintra escreve em 1934, e possivelmente esse diálogo e todas as outras menções feitas a seus amantes ao longo do texto tenham servido de base para várias outras obras, inclusive as de Felício dos Santos e Cassoti.

Felício dos Santos deixa clara sua opinião a respeito do assunto já na introdução de sua obra, quando diz que Dona Carlota era “corajosa e sagaz; de uma infidelidade só comparável à própria fecundidade” (SANTOS, 2006, p. 9). Ao longo da obra, o autor aponta vários dos amantes que a História atribuiu a Dona Carlota. Em alguns casos ele apenas cita alguns nomes, em outros, porém, se detém a explicar como os casos teriam acontecido. Como exemplo, podemos citar a descrição do autor a respeito de Miraldino, um marinheiro que estava na embarcação de Dona Carlota enquanto vinham para o Brasil. Felício dos Santos descreve a forma como Dona Carlota conhece o rapaz e como se deram os encontros. (SANTOS, 2006, p. 121-125).



Em outra passagem, o autor ressalta os pensamentos da personagem. Enquanto Carlota Joaquina está em uma embarcação, começa a divagar a respeito de seus amantes. Felício dos Santos não deixa explícita essa informação, mas através da leitura podemos depreender a que Dona Carlota se refere:

Já embarcada, amolecida pelo balanço suave da falua, muito acomodada entre pelegos de macias penas, seu pensamento abarcou num lote, em rosas de fogo, a figura do secretário (agora, vestido de ouro), o almirante inglês (o enorme inglês, com sua espada flamejante como num daguerreótipo do arcanjo São Miguel), o João Fernandes (– Aquele negro... Rútilo em seus some-apareces... no magnífico desprezo por tudo, até pela sua coroa!). – O pensamento abarcou presentes e passados, afogando a lembrança do Velho Lafões (com seus bigodes bastos em pelos e asseios: “– Amor...amor...” que o Lafões usava palavras penteadas), o Marialva (resplandecente em platinas fúlgidas, também com suas frases lépidas e picantes...), o general Junot (miúdo e nervoso, arrastado ao leito coletivo, em Queluz, apenas como vingança contra a mulher, a duquesa de Abrantes – “Grande porca!”, o Ramalhão... O Ramalhão cheirando a sangue espargido nos ódios... (SANTOS, 2006, p.196).

Esse trecho é interessante porque, através dos pensamentos que Felício dos Santos atribui a Dona Carlota, podemos ver a forma como ela é retratada em toda a obra. O autor apresenta a princesa como adúltera, mas mais do que isso a apresenta como vingativa, o que fica claro no trecho em que ela pensa que teria se relacionado com Junot apenas como vingança contra a Duquesa de Abrantes, por quem nutria uma profunda inimizade.

Por fim, o autor nos traz um momento em que a princesa está escrevendo em seu caderno e entre suas divagações teria escrito: “Evitar excessos! Mas como? Como se urjo por homem de meia em meia hora?” (SANTOS, 2006, p. 206). Assim como nos trechos anteriores, através dos diálogos criados em sua obra, o autor busca confirmar a imagem de infidelidade e de depravação que rondam a figura da princesa.

Cassoti não faz grandes explanações a respeito dos amantes de Dona Carlota. Ao invés disso, apresenta algumas situações em que a princesa é acusada de traição. Como a obra teria sido escrita sob o ponto de vista da princesa, as acusações tendem a ser um pouco mais sutis do que nos outros dois autores.

Um dos primeiros momentos em que o autor traz a questão é quando Dona Carlota fala sobre sua gravidez de Dom Miguel. Segundo o que traz o autor, teria sido uma gravidez difícil; apesar disso, ela teria conseguido dar à luz ao filho em 1802. No entanto, logo a seguir a princesa teria dito:

Cinco anos depois, a esposa de outro diplomata francês credenciado em Lisboa atribuiria a paternidade desse menino a um nobre a serviço de meu marido. Tal rumor, ainda hoje, passados vinte e sete anos, continua sendo espalhado como

veneno por meus inimigos políticos em Lisboa (como antes fizeram no Brasil). (CASSOTI, 2017, p. 85).

Mais adiante, quando Dona Carlota descreve o nascimento de sua filha Ana de Jesus, em 1806, conta que a criança teria sido concebida em Vila Viçosa. A princesa teria dito que “essa informação, por certo não impediria aquela harpia da Junot de comentar zombeteiramente que o pai era um dos serviçais da quinta do Ramalho, não João, marido e príncipe.” (CASSOTI, 2017, p. 102).

Mais adiante, o autor retrata um momento que teria sido vivido por José Presas. Nesse ponto, Cassoti deixa implícito que Dona Carlota estaria em algum encontro amoroso. A princesa teria marcado um encontro com Presas, porém, diz a ele para chegar apenas após as dez e meia, pois antes disso estaria ocupada. O secretário fica se perguntando o que Dona Carlota estaria fazendo que não poderia compartilhar com ele. Segundo o autor, a princesa teria dito que:

quando, por fim, saí de meus aposentos, Presas olhou-me surpreso (depois contaria que era porque havia me visto “com o semblante afogueado e risonho, como quem vem de dançar ou de outro exercício violento”), mas logo recobrou a compostura (CASSOTI, 2017, p. 151).

Podemos confirmar nessas passagens que, ao contrário das obras anteriores, onde as acusações de infidelidade são claras, aqui não é feita nenhuma afirmação explícita. Ao invés disso, vemos várias vezes o uso de expressões como “rumores” e “suposições”.

As acusações de traições feitas a Dona Carlota andam de mãos dadas com as acusações de assassinato. Muitos dos crimes pelos quais a princesa é acusada teriam resultado justamente de casos com supostos amantes, outros teriam decorrido de vinganças, principalmente políticas.

Assis Cintra descreve ao menos dois assassinatos que teriam sido obra de Dona Carlota. Um deles teria sido na verdade uma tentativa de assassinato cometida contra Lobato, um dos camareiros do príncipe. Segundo Assis Cintra, após fugir do convento a princesa teria se escondido na fragata comandada por Sidney Smith, de onde partiria para o Rio da Prata. Acontece que o Chalaça, que havia ajudado na fuga, entrega a localização da princesa ao gabinete de Dom João e este envia Lord Strangford e Lobato. para buscá-la. No entanto, no calor da discussão a princesa acaba atirando em Lobato. (CINTRA, 2019, p.117-123).

O autor faz referência ainda a um segundo assassinato que teria sido cometido pela princesa, esse atingindo os fins. Assis Cintra fala da morte de Dona Gertrudes, esposa do Conde de São José, conhecido como “Fernandinho”, suposto amante de Dona Carlota. Esse

episódio é narrado de forma muito semelhante na obra de Felício dos Santos. Apenas alguns detalhes diferem, por exemplo, a forma como a polícia teria tido acesso aos fatos, que teriam sido confessados por Joaquim Orelha, suposto capanga de Dona Carlota, o qual teria contado a polícia que ele, Dona Carlota e Felisbino teriam ido até a residência de Dona Gertrudes e, após as discussões, a princesa teria atirado. Nessa versão, a polícia obriga o capanga a assumir a culpa pelo assassinato. Assis Cintra diz que a princesa assumiu a culpa e posteriormente o capanga teria sido posto em liberdade. (CINTRA, 2019, p.181-185).

Além disso, o autor cria um diálogo entre Dom João e o Conde de Linhares, em que este tenta se demitir alegando temer ser a próxima vítima da princesa. Nesse diálogo, o ministro teria apresentado outras acusações:

– A esposa de Vossa Alteza envenenou o seu devotado Ministro conde de Casa Verde, que ordenou a devassa de 1805 contra a Princesa e os seus comparsas que conspiraram para a deposição de Vossa Alteza do Governo do Reino. Essa mesma mulher acaba de assassinar com um tiro o seu secretário e camareiro o desventurado Lobato [...] Amanhã serei eu a vítima da senhora Carlota Joaquina. (CINTRA, 2019, p. 129-130).

Neste trecho, além da acusação de ter assassinado Lobato, o Conde de Linhares culpa Dona Carlota também pelo assassinato do Conde de Casa Verde, que atravessou o caminho da princesa. Porém, uma das acusações mais graves feitas a Dona Carlota seria a de ser responsável pela morte de Dom João, que teria sido envenenado. As suposições eram de que o responsável fora o médico a mando da princesa. (CINTRA, 2019, p.192).

A primeira menção a assassinato na obra de Felício dos Santos ocorre quando Dom João está no navio indo para o Brasil. Enquanto o príncipe estaria se lembrando de fatos do passado, dentre suposições, acusa Dona Carlota de ter envenenado o Conde de Casa Verde. (SANTOS, 2019, p. 39).

Mais à frente o autor volta a falar de assassinatos, mas dessa vez dedica várias páginas a descrever a morte de Dona Gertrudes, esposa do Conde de São José. Dona Carlota descobre que a esposa do Conde reclamou a respeito das noites que o marido passava na casa da princesa, que, por sua vez, ameaçou a rival. O resultado disso teria sido a ida de Dona Carlota até a casa do Conde de São José no intuito de enfrentar Gertrudes. No calor da discussão, entre gritos e agressões, a princesa teria matado a rival a tiros. (SANTOS, 2006, p. 366-378).

Cassoti, como ressaltado acima, por escrever sob o ponto de vista da princesa, apresenta essas acusações de assassinato de forma mais sutil. Não obstante, nesta passagem em que a princesa fala a respeito da morte do Conde de Linhares, o autor é mais explícito:

Ainda pairava na corte do Rio de Janeiro o mistério sobre o que provocara de verdade a morte do doutor Trapalhadas (acredito que eu tive algo a ver com isso) quando chegou a confirmação de meus direitos à regência da Espanha. (CASSOTI, 2017, p. 193).

Nesse trecho, Dona Carlota teria deixado clara sua responsabilidade pela morte de um de seus maiores desafetos políticos. Mais à frente, o autor apresenta uma nova acusação, feita em 1824, quando a Família Real já havia regressado para Portugal. Segundo conta Cassoti, Dona Carlota teria escrito que:

na manhã do último dia de fevereiro de 1824, o cadáver do marquês de Loulé [...] foi encontrado sobre um monte de lixo, no pátio interno do palácio [...]. As primeiras suspeitas sobre a responsabilidade por esse homicídio foram dirigidas a mim. [...] O único indício que meus inimigos tiveram até agora para me acusar está em algumas linhas de uma carta que a infanta Maria Francisca da Espanha enviou a seu pai (CASSOTI, 2017, p.262).

Aqui, ao contrário da acusação anterior, vemos que o autor recorre novamente a conjecturas, pois a forma como coloca a personagem não permite que ela assuma a culpa pelo caso.

Através das descrições apresentadas nas fontes selecionadas, podemos concluir que a personalidade de Carlota Joaquina é no mínimo contraditória. Dona Carlota possivelmente não era inocente de todas as acusações de que foi alvo ao longo do tempo. Todavia, podemos perceber que muitas das acusações corroboram a teoria de que ela buscou exercer um papel distinto do que lhe fora designado. Isso fez com que seus métodos, que na verdade não eram exclusividade sua – como já referido, os métodos dela não diferiam da forma de fazer política em outras cortes da Europa – tivessem um tratamento negativo pela historiografia e pela literatura posteriores pelo fato de ela ser mulher.

Podemos pensar ainda que, como as fontes analisadas são, na verdade, obras de ficção que tratam de personagens históricos, o tom dramático dado em várias situações, como as traições e as acusações de assassinato, busca levar ao leitor uma visão mais atrativa, com cenas em que os autores misturam emoção e suspense. Tudo isso dentro de um cenário baseado quase que totalmente em anedotas e o que podemos chamar de “focas históricas”.

Entretanto, apesar da ficção, cada uma em sua época, essas obras contribuíram para a representação popular de Carlota Joaquina que chega aos dias de hoje. Cabe agora a autores contemporâneos despir a História da princesa de todos esses estereótipos, um trabalho que autores como Azevedo vêm fazendo com maestria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo a análise comparativa de obras escritas por autores não acadêmicos e voltadas ao grande público em três diferentes momentos da historiografia brasileira. Com base no aparato conceitual da História Pública, buscou-se o processo de construção das representações de Carlota Joaquina ao longo do tempo, por meio da historiografia de caráter popular, e como essas representações influenciam a visão atual que temos da princesa.

Da análise empreendida, podemos concluir a presença hegemônica de uma visão tradicional e caricata a respeito de Dona Carlota, não obstante as marcantes diferenças de abordagem. Dos três autores analisados, Marsilio Cassoti parece ser o que mais prezou por algum rigor acadêmico, mantendo certa “imparcialidade” em sua descrição da vida de Carlota Joaquina. Ainda que, em vários momentos, o autor tenha criado diálogos e situações que não se sustentam na historiografia, em sua obra constam bibliografia e algumas indicações de fontes em que o autor se baseou para construir sua narrativa. Por outro lado, Assis Cintra deixa claro que não está escrevendo uma obra de História, mas apenas crônicas e, apesar de citar algumas fontes, na elaboração de sua personagem o autor carrega nos estereótipos de Carlota Joaquina. Já João Felício dos Santos reitera a abordagem caricata, ressaltando, sobretudo, a moral de Dona Carlota, assunto que está presente em quase todos os capítulos da obra.

Este estudo permite concluir, primeiramente, que a história de Carlota Joaquina vem sendo reescrita ao longo do tempo por meio da reiteração acrítica de estereótipos preconceituosos que começaram a ser popularizados ainda durante a vida da princesa. Como analisado durante a pesquisa, os autores apenas repetiram representações anteriores, abertamente críticas e escritas no sentido de atacar Dona Carlota, como é o caso, por exemplo, das obras de José Presas e da Duquesa de Abrantes. Apenas muito recentemente, a partir de trabalhos como o de Francisca Nogueira Azevedo, por exemplo, passou-se a buscar uma versão da História de Dona Carlota menos caricata e mais analítica, tendo como objetivo trazer à tona uma nova versão da princesa despida de preconceitos.

Por fim, ressalto que desenvolver esse trabalho foi muito importante para mim como futura historiadora. Reconheço a importância da pesquisa como parte dessa profissão e, por isso, entendo a importância de exercitá-la durante a graduação. Mas ressalto também a importância desse trabalho como mulher, por ter a oportunidade de “conviver” por algum tempo com uma figura tão enigmática e, ao mesmo tempo, tão empolgante quanto Carlota

Joaquina, que além de princesa, rainha e política, foi antes de tudo uma mulher. Entendo também a importância de pesquisas acadêmicas que busquem enfatizar os papéis femininos na História do Brasil, já que várias mulheres importantes na formação do Brasil como nação foram até pouco tempo, condenadas as margens dos livros de História, sendo relegadas a boxes e seções de curiosidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Alves de. A biografia e o ofício do historiador. **Dimensões**, n. 32, p. 292-313, 2014.

ALMEIDA, Raphael Rocha de. **Constitucionalismo, imprensa e opinião pública nas monarquias dos Bragança: Portugal e Brasil (1826-1834)**. 2019. 300p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ANDRADE, Santiago Silva de. Criação, serviço e cidadania: os criados da Casa Real portuguesa, da Casa Imperial do Brasil e o liberalismo constitucional (1827-1830). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2008.

ANDRADE, Santiago Silva de. De família para família: serviço régio e relações familiares no espaço doméstico da Casa Real portuguesa (1808-1821). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Dimensões**, n. 24, p. 157-172, 2010.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Carlota Joaquina e a revolução de independência no Rio da Prata. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES E PROFESSORES DA HISTÓRIA DAS AMÉRICAS, 3., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPHLAC, 1998.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Carlota Joaquina na historiografia latino-americana. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES E PROFESSORES DA HISTÓRIA DAS AMÉRICAS, 6., Maringá. **Anais [...]**. Maringá: ANPHLAC, 2004.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Carlota Joaquina, a construção de uma personagem. **Gênero**, v. 3 n. 2, p. 81-89. 1 sem, 2003.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Carlota Joaquina, a herdeira do Império Espanhol na América. **Estudos Históricos**, v. 10 n. 20, p. 254-274, 1997.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Presentismo e Presentificação do Passado: a narrativa jornalística da história na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno**. 2010. 169p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BUENO, Eduardo. **Brasil uma História: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CASTRO, Ruy. **Era no tempo do rei**: um romance da chegada da corte. 1. ed. São Paulo: Travessa, 2007.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. “**...bajo su Real Protección**”: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812). 2008. 309p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História Pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. **NUPEM**, Campo Mourão, v. 11 n. 23, p.29-47, maio/ago. 2019.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. O que é, como e porque História Pública? Algumas considerações sobre indefinições. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., Maringá. **Anais** [...]. Maringá: 2017.

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta, 2007.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Pesquisa Retratos de Leitura**. 4. ed. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/atuacao/28-projetos/pesquisa-retratos-da-leitura-nobrasil/8042-downloads-4eprlb> Acesso em: 13 dez. 2021.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele; ROVAI, Marta. (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LIMA, Manuel Oliveira. **Dom João VI no Brasil (1808-1821)**. Brasília: FUNAG, 2019. Edição fac-similar. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Dom-Joao-VI-no-Brazil-vol-I-embaixa.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

LIMA, Manuel Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2012.

LOUSADA, Maria Alexandre. A contra-revolução e os lugares da luta política: Lisboa em 1828. In: FERREIRA, Melo; SÁ, Maria de Fátima. **Contra-revolução, espírito público e opinião no sul da Europa**. Lisboa: CEHCP, 2009.

MACHADO, Luiz Borges. **Assis Cintra**: uma outra História: O limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira. 2004. 175p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014.



MALERBA, Jurandir. **Brasil em Projetos: História dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino. Da ilustração portuguesa à Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2020.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

O'NEIL, Thomas. **A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

PAIANI, Flavia Renata Machado. **A História como best-seller: aspectos narrativos dos livros de divulgação histórica no Brasil.** 2017. 286p. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **Dom João VI.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIMENTEL, Alberto. **A última corte do absolutismo em Portugal.** Lisboa: Livraria Ferin, 1893.

PORTO EDITORA. Marquesa de Alorna. **Infopédia** [online]. Porto: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$marquesa-de-alorna](https://www.infopedia.pt/$marquesa-de-alorna). Acesso: em 12 nov. 2021.

PRESAS, José. **Memórias Secretas de Carlota Joaquina.** Brasília: Senado Federal, 2010.

RODRIGUES, Leonardo Paiva do Monte. **A divulgação da história nos livros de Eduardo Bueno e Laurentino Gomes.** 2016, 136p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 57-72. jan./jun., 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. **Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 3-22, 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING; Heloisa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. (org.) **Três vezes Brasil**: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **A corte e o mundo**: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

TIRO DE LETRA. Entrevista simultânea. João Felício dos Santos. **Biografias**. [S.l.]: Tiro de Letra, c2007. Disponível em: <http://www.tirodeletra.com.br/biografia/JoaoFeliciodosSantos.htm>. Acesso em: 1 dez. 2021.

### FONTES ANALISADAS

CASSOTI, Marsilio. **Memórias de Carlota Joaquina**: a amante do poder. Rio de Janeiro: Planeta, 2017.

CINTRA, Assis. **Os escândalos de Carlota Joaquina**: Rainha do Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Edição digitalizada, 2019 [1934].

SANTOS, João Felício dos. **Carlota Joaquina**: a rainha devassa. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006 [1968].